

ELIZABETH EMIKO KATAYAMA BICALHO

**A PREPARAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL PARA O MUNDO DO TRABALHO: um estudo de
caso sobre o Programa Educação para o Trabalho – PET
Trampolim do SENAC – São Paulo.**

ARARAQUARA

2013

ELIZABETH EMIKO KATAYAMA BICALHO

**A PREPARAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL PARA O MUNDO DO TRABALHO: um estudo de
caso sobre o Programa Educação para o Trabalho – PET
Trampolim do SENAC – São Paulo.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente do Centro Universitário de
Araraquara – UNIARA, área de concentração
em Dinâmica Regional e

Alternativas de Sustentabilidade, sob a
orientação da Profa. Dra. FLÁVIA CRISTINA
SOSSAE.

ARARAQUARA

2013

B478p Bicalho, Elizabeth Emiko Katayama

A preparação de pessoas com deficiência intelectual para o mundo do trabalho: um estudo de caso sobre o Programa Educação para o Trabalho Trampolim do Senac São Paulo/ Elizabeth Emiko Katayama Bicalho. - Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2013.

100f.

Dissertação (Mestrado)- Centro Universitário de Araraquara

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: Elizabeth Emiko Katayama Bicalho

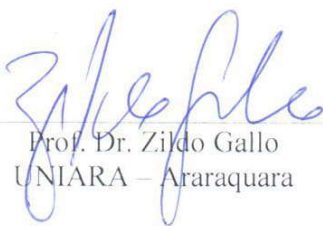
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Flavia Cristina Sossae
UNIARA - Araraquara



Prof. Dr. Zildo Gallo
UNIARA – Araraquara



Profª. Dra. Kátia Aparecida Baptista
UNESP – Araraquara

Araraquara – SP, 29 de maio de 2013.

Ao meu marido Álan, pela paciência, pelo incentivo e compreensão que me permite prosseguir esta caminhada.

Aos meus Pais: Juraci (in Memoriam) e Teite, pelos ensinamentos de vida: respeito ao próximo, educação enfim: todos os meus valores.

Ao amigo Mauro De Nardi Costa, por acreditar em mim, pelas oportunidades e por ser meu exemplo profissional.

A vocês, a minha Eterna Gratidão.

Aos meus amigos do mestrado por sua enorme contribuição nesta caminhada. Juliana, Mariana, André, Jonas e Thaís

As minhas amigas Talita e Gisele por todo o apoio dispensado, vocês são mais que amigas, são irmãs que eu escolhi pra mim.

Meus amigos e afilhados Fernando e Erika se não fossem nossas conversas, o primeiro passo dessa história não teria sido dado.

A minha orientadora, hoje grande amiga, professora doutora Flávia Cristina Sossae que no momento mais difícil desta caminhada me estendeu sua mão e mais do que isso, me ensinou como um verdadeiro Mestre conduz os seus discípulos.

A todos os professores de minha vida, em especial, Zildo Galo, Regina Célia Frederico Cecere Nemer, Rose Mary Benedita Scatambulo de Carvalho, e Maria Aparecida dos Santos por colaborar e dividir comigo os frutos de seus conhecimentos: da docência e da vida.

“Nada é mais prodigioso, ou mais digno de celebração, do que algo que liberta as capacidades de uma pessoa e lhe permite crescer e pensar”.

(Oliver Sacks)

RESUMO

Este trabalho analisa a inserção das pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho após serem submetidas à cursos de capacitação profissional. Para tanto, foi eleito como parâmetro o Programa Educação para o Trabalho – PET Trampolim ministrado pelo Senac – São Paulo, especificamente os egressos das unidades Bebedouro e São José do Rio Preto. O estudo tem início na averiguação dos elementos que compõem o curso de capacitação profissional de pessoas com deficiência intelectual oferecido pelo Senac, Programa Educação para o Trabalho – PET Trampolim utilizando a metodologia história de vida que permite que a análise não fique adstrita apenas de uma visão quantitativa ou numérica, mas sim qualitativa, pois é verificado o aspecto pessoal. A avaliação foi realizada por meio de uma amostragem, dos resultados que o curso de capacitação proporciona aos seus egressos, sejam eles de ordem pessoal, assim como profissional, o que enseja na observação se os entrevistados conseguiram ingressar no mundo do trabalho ou não. Para os casos negativos, foram também estudados os motivos que não permitiram tal fato, ao passo que para os casos positivos foram estudados os benefícios gerados, de todas as ordens. Os resultados obtidos foram interessantes uma vez que ficou demonstrado pelos relatos que os egressos tiveram mudanças em seus comportamentos, uma vez que com os estudos perceberam que desenvolveram muitas competências, aprenderam a lidar com sonhos, com o futuro pessoal e profissional, ganharam auto estima e se tornaram pessoas com dignidade humana restaurada. É bem verdade que nem todos estão preparados para o mercado de trabalho, mas adquiriram competências para atuar no mundo do trabalho e se relacionarem na sociedade com autonomia.

A pesquisa ainda aponta que muitos não conseguirão se desenvolver da maneira adequada pois existe uma dependência muito grande ao benefício chamado LOAS, que por vezes sustentam não somente o beneficiado por ser considerado incapaz como sua família.

Por fim percebeu-se que as políticas públicas em defesa dos interesses das pessoas com deficiência que na maior parte, nos textos legais, a instrumentalização das políticas públicas são falhas, especialmente as educacionais, pois, a exclusão não se finda apenas com a inserção da pessoa com deficiência na vida social, mas sim quando o excluído consegue se manter com qualidade nas relações sociais

Palavras-chave: deficiência intelectual; capacitação; mundo do trabalho; inteligências múltiplas; Senac.

**PREPARATION OF PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN THE
WORLD OF WORK: a case study on the Education for Work - PET
Trampolim Senac - São Paulo.**

Abstract: This paper analyzes the inclusion of people with intellectual disabilities in the workplace after being subjected to professional training courses. Therefore, it was chosen as the parameter for the Labor Education Program - PET Trampoline taught by Senac - São Paulo, specifically graduates units Trough and São José do Rio Preto. The study starts from the investigation of the elements that make up the course of professional training of people with intellectual disabilities offered by Senac, Education for Work - Trampoline PET using the methodology of living history that allows the analysis not be enrolled only a vision numerical or quantitative, but qualitative, it is checked the personal aspect. The evaluation was performed by means of a sample, the results of the training course provides its graduates, be they personal as well as professional, which entails the observation that the respondents were able to enter the world of work or not. For negative cases were also studied the reasons which prevented this fact, while the positive cases were studied those benefits, of all orders. The results were interesting as demonstrated by reports that the graduates had changes in their behavior, since the studies found that developed many skills, learned to deal with dreams, with the personal and professional future, gained self esteem and became people with dignity restored. It is true that not everyone is prepared for the labor market, but acquired skills to work in the workplace and in society relate to autonomy. The survey also shows that many are unable to develop the proper way because there is a very large dependence on the LOAS benefit called, which sometimes sustain not only benefited by being deemed incapable as their family. Finally it was noted that public policy in the interests of the excluded are, mostly, in legal texts, however, the manipulation of public policies are flawed, especially educational, because the exclusion not only ends with the inclusion of people with disabilities in social life, but when deleted can keep up with quality social relationships.

Keywords: INTELLECTUAL DISABILITIES, TRAINING, THE WORLD OF WORK, MULTIPLE INTELLIGENCES, SENAC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DI - Deficiência Intelectual

OMS - Organização Mundial da Saúde

PDI - Pessoa com deficiência intelectual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	17
1.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNDO	19
1.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	22
1.2.1 Da Escola Comum e da Escola Especial	23
1.2.2 A Capacitação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual.....	25
1.2.3 O Brasil e suas Políticas Públicas de Inclusão do Deficiente Intelectual.....	27
1.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	27
1.3.1 Da Capacitação Profissional.....	29
1.3.2 O Deficiente e as Inteligências Múltiplas	32
1.3.3 A Inclusão Profissional do Deficiente Intelectual e a Responsabilidade Social Empresarial	34
1.4 O BRASIL E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL	36
2 CAMINHO DA PESQUISA	39
2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO	39
2.1.1 O município de Bebedouro	40
2.1.2 O município de São José do Rio Preto	42
2.2 DA METODOLOGIA	45
3 O RESULTADO DA ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO TRAMPOLIM	49
3.1 Aspectos históricos do Senac	49
3.1.1 O Senac e o seu Compromisso Social	49
3.1.2 O Senac e as Pessoas com Deficiência	52
3.2 O SENAC E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	53
3.2.1 O Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões	56

3.2.2 O Programa Educação para o Trabalho Trampolim	60
3.3 OS EGRESSOS DO PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO TRAMPOLIM	65
3.3.1 Município de Bebedouro	66
3.3.2 São José do Rio Preto	73
3.4. DO OLHAR PROFISSIONAL	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100
ANEXO A	105

INTRODUÇÃO

Em 2006, quando eu morava na cidade de Monte Alto e atuava como advogada, especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, e estava cansada de ver “clientes” que eu mal tirava da cadeia ou conseguia sua absolvição judicial, batendo novamente em minha porta para defendê-los em outros processos, resolvi que precisava fazer algo que pelo menos tentasse mudar este quadro que a cada dia se tornava insustentável.

No mesmo ano, fui convidada para conhecer um curso do Senac São Paulo, chamado Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões, voltados para jovens de famílias de baixa renda, de 14 a 21 anos e o objetivo era prepará-los para o mundo do trabalho. Conclui que este curso era bem dinâmico, tinha metodologia diferenciada, além de ter um objetivo profissional ele realmente mudava o jeito do jovem de ser e agir, havia até uma empregadora, à época, de um ex discente que dizia: “o curso mudava o jovem de dentro para fora”, lembrando valores morais e éticos, “...os jovens amadurecem e se tornavam cidadãos responsáveis”.

Neste curso, ainda em Monte Alto fui docente em alguns instrumentais, como por exemplo: Atitude Empreendedora, Comunicação, Sistemas Organizacionais e Excelência no Atendimento ao Cliente.

Em 2009, fui trabalhar na unidade do Senac São Paulo em Bebedouro, em outra turma do Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões, quando conheci outros docentes que estavam implantando um novo curso chamado PET Trampolim; Este curso foi inspirado no Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões, mas ele teria adaptações uma vez que seria para atender pessoas com deficiência intelectual.

Este curso nasceu de uma necessidade da Apae de Bebedouro, depois verificou-se que era pioneiro nesta área de oferecer docentes qualificados para ensinar técnicas de trabalho as pessoas com deficiência intelectual.

Assim, a carga horária foi alterada de 330 horas para 550 horas no mínimo, foi incluído um instrumental de Letramento, uma vez que muitos não conheciam ou conheciam

pouco sobre esta competência e em sala de aula a mediação seria feito por dupla docência para melhor atender os discentes.

O escopo do PET Trampolim era o mesmo do Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões, prepará-los para o mundo do trabalho com autonomia.

Entre as maiores preocupações sociais vividas nos dias de hoje se destaca a busca pela inclusão social, a qual se funda no fomento da dignidade da pessoa humana, ora decorrente de uma garantia constitucional.

A inclusão foca nos marginalizados, ou seja, naqueles que não possuem ou não se adéqua a um modelo socialmente predefinido e, por esse motivo, acabam por serem excluídos ou desrespeitados.

O presente estudo se dedica aos deficientes intelectuais que diante de suas especificidades e necessidades sofrem uma maior discriminação, pois, carregam o estigma de incapacidade intelectual e funcional.

As inquietudes aqui suscitadas derivam da oportunidade de convivência com o Programa Educação para o Trabalho - PET Trampolim, pertencente ao Senac – São Paulo, o qual tem por finalidade a capacitação do referido grupo para o mundo do trabalho.

Ao constatar a evolução comportamental dos discentes integrantes do referido programa, surgiu a ideia de se estender o exame quanto o desenvolvimento profissional e pessoal.

Para isso, inicialmente se estudou a realidade da deficiência intelectual no Mundo e conseqüentemente no Brasil, de modo a compreender as limitações de aprendizagem, assim como as adaptações necessárias para se fomentar tal desenvolvimento.

Paralelamente, também se pesquisou todas as implicações educacionais pertinentes a esta questão, pois, entender como a didática lida, assim como o ordenamento jurídico se posiciona, e as políticas públicas existentes se conclui imprescindível para se estabelecer padrões compatíveis entre as necessidades e as possibilidades.

Uma vez concluída, o foco passa para o programa de qualificação profissional em si, onde um histórico é elaborado desde o surgimento da ideia, passando pela sua criação, mediante a adaptação de um programa pré-existente Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões, cuja atenção é voltada para o jovem sem

deficiência intelectual e alcança, as adaptações para o curso PET Trampolim, as sensações vivenciadas pelos envolvidos: gerente, docentes e o egresso do PET Trampolim escolhidos aleatoriamente dentre os nomes de discentes do período de 2009 à 2012 que finalizaram o curso.

Assim, busca verificar por meio da pesquisa qualitativa os resultados da preparação das pessoas com deficiência intelectual para o mundo do trabalho, por meio de seus depoimentos de fatos ocorridos pelos egressos deste curso.

Para tanto, definiu-se a utilização da metodologia história de vida, pois, por tratar de seres humanos, este trabalho, não está preocupado única e exclusivamente com o olhar quantitativo, mas sim na melhora humana e social promovida ao discente sob sua ótica aos acontecimentos fatídicos.

Essa visão acerca da melhora não fica adstrito apenas de ideais, mas atentasse ao olhar do próprio beneficiário, ou seja, busca-se saber diretamente com o deficiente intelectual o que melhorou na vida dele, segundo sua ótica.

Para isso, este trabalho escolheu duas unidades do Senac São Paulo, para realizar sua pesquisa, Bebedouro e São José do Rio Preto. A primeira por conta de ter sido o berço da criação de tal o programa e a segunda por ser uma grande localidade e adotar a mesma sistemática da primeira.

Cabe destacar que o contato com os discentes foi desenvolvido de maneira descontraída, a fim de torná-lo o mais natural possível, pois entre as preocupações existentes era a de imparcialidade.

Depois de se compreender todas as variáveis que compõem a realidade aqui analisada, passa-se a estudar se os deficientes intelectuais têm ou não condições de serem capacitados para ingressarem no mundo do trabalho.

É estudado também se o Programa Educação para o Trabalho – PET Trampolim, por meio de suas atividades alcança seu objetivo que é a de capacitar com qualidade as referidas pessoas.

Após obter respostas, sendo estas negativas, buscar-se-á compreender onde estão as falhas de modo a propor correções que vislumbram êxito nesta empreitada.

Caso as respostas sejam positivas, o estudo se direcionará aos benefícios extras que a capacitação profissional dos deficientes intelectuais promove à sociedade.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva teve seu início nos Estados Unidos da América, no Canadá, na Espanha e na Itália, países estes pioneiros na implantação de classes e de escolas inclusivas. Segundo Semeghini, “os programas de inclusão iniciaram durante a década de 50, mas foi na década de 70 que surgiu o processo de inclusão escolar”¹.

A educação inclusiva derivou do movimento de integração escolar, o qual defendia a adaptação da classe regular para que nela fosse inserido o maior número possível de alunos com deficiência.

Cabe salientar que apesar da origem e significados comuns, os conceitos de integração e de inclusão escolar são divergentes quanto à consecução de suas metas. O primeiro remete à ideia de uma inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, ao passo que o segundo se refere a uma forma de inserção radical e sistemática, total e incondicional, de toda e qualquer criança no sistema escolar comum, como elucida Dechichi², 2001.

Certo é que, a finalidade da inclusão é garantir ao deficiente o direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade, oferecendo assim recursos profissionais e institucionais adequados e suficientes para que ele tenha condições de se desenvolver como estudante, pessoa e cidadão, o que não significa torná-lo normal como explica Claudia Dechichi ao citar Werneck³, 1997.

Aliás, a inclusão não se restringe aos deficientes, mas todos que se encontram em situação de exclusão, seja ela decorrente da deficiência física, intelectual, sensorial, bem como a decorrente de questões raciais ou culturais.

O respeito ao estado de cada um é uma das tônicas da inclusão, por isso é que não se admite a diversificação de atendimentos pela segregação, mas sim pela procura

¹ SEMEGHINI, I. “A Escola Inclusiva investe nas potencialidades do aluno: tópicos para a reflexão com a comunidade”. In BAUMEL, R.C.R.C. & SEMEGHINI, I.(org.) *INTEGRAR/INCLUIR: desafio para a escola atual*. São Paulo: FEUSP, 1998. p.13-32.

² DECHICHI, Claudia. Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 2001. p. 48.

³ *Op. cit.* Apud WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

de um ensino especializado que atenda às diversidades não admitindo que ninguém fique de fora, o que acaba suscitando embates quanto às políticas educacionais e organizacionais da educação especial e da regular.

E é, justamente, a conciliação entre a educação regular e a educação inclusiva que visa a construção de um sistema educacional que atenda as necessidades de todos os alunos, independente de qual seja ela, afinal, a proposta inclusiva também visa o desenvolvido pessoal dos não deficientes.

1.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNDO

Para se falar em educação inclusiva pelo mundo é necessário entender primeiro como a deficiência era encarada. Certo é que, antes da Revolução Industrial, as atividades humanas se desenvolviam, em sua grande maioria, por meio da força física, ou seja, aqueles que trabalhavam assim o faziam mediante serviços braçais.

Neste contexto, desde a antiguidade, a força física era muito mais valorizada do que a força intelectual, até por conta das limitações tecnológicas, diante disto a deficiência física era algo não tolerado como aponta Romero³,2013:

Algumas sociedades valorizavam muito a força humana para a guerra, para a agricultura, enfim dependiam dela para sua sobrevivência e viam a deficiência física como algo intolerável, descartando os deficientes físicos no momento do nascimento (Grécia e Roma antigas, dentre outras). Os deficientes mentais ficavam diluídos na sociedade, uma vez que alguns podiam realizar serviços braçais e aqueles com comprometimentos mais severos eram cuidados pelas famílias.

Aqui se pode constatar que somente a vida dos nobres detinham uma valoração social, os demais a valoração decorria da utilidade no exercício das atividades braçais, ou seja, na condição de servidão.

³ ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirlene Brandão de. Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. p. 3093. In http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf visualizado em 07/05/13, as 13h30min.

Havia também aqueles que atribuíam a deficiência a um castigo divino, neste momento o descarte de vida foi abolido, mas, adotou-se um expediente de clemência, afinal, apesar de deficiente o indivíduo tinha uma alma.

Contudo, não havia conhecimento suficiente para lidar com as limitações do deficiente e, diante disso, muitos acabavam vivendo em isolamento, escondidos por suas famílias, especialmente as das classes nobres, tomadas pelo sentimento de vergonha.

Findo o período Teocêntrico, as atenções se voltam ao ser humano e com ela surgem estudos objetivando compreender a natureza das deficiências, bem como as possibilidades de tratamento, conforme relata Romero⁴, 2013:

No Séc. XVI surge o primeiro hospital psiquiátrico, um local de confinamento de deficientes, onde se verifica também uma primeira tentativa de tratamento da deficiência, baseado no que havia de desenvolvimento da ciência na época: alquimia, magia e astrologia.

Estas instituições se tornaram verdadeiros depósitos de pessoas, uma vez que, a nova realidade laboral exigia que as famílias saíssem para trabalhar não dispendo de tempo suficiente para dedicar a atenção necessária ao deficiente.

Nota-se que, a ausência de tecnologia, aliada a estudos não evoluídos gerou tratamentos e condições desumanas aos deficientes, mais do que isso, os tratamentos não recuperavam ninguém, ao contrário proporcionavam sequelas que impossibilitava ao interno seu retorno ao convívio em sociedade.

De um lado o alto custo de um tratamento ineficiente e de outro o surgimento de uma consciência dos direitos humanos colocavam em xeque os métodos até então utilizados.

A reflexão é simples, um tratamento tem por finalidade a cura, não sendo esta possível, sua finalidade passa a ser a de viabilizar, da melhor forma possível, uma qualidade na vida do deficiente.

⁴ ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirlene Brandão de. Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. p. 3093. In http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf visualizado em 07/05/13, as 13h30min.

Com isso, as instituições deixaram de ser locais de reclusão e passaram a ter a finalidade de preparar os deficientes para o convívio social, o que inclui relações pessoais e profissionais, fomentando assim a autossuficiência, como disserta Bueno⁵, 1999:

... tinha como pressuposto que o problema residia nas características das crianças excepcionais, na medida que centrava toda sua argumentação na perspectiva de detecção mais precisa dessas características e no estabelecimento de critérios baseados nessa detecção para a incorporação ou não pelo ensino regular, expresso na afirmação – sempre que suas condições pessoais permitirem.”

Esse expediente foi tão logo combatido, haja vista que, os deficientes não poderiam ser tidos como normais frente às suas dificuldades, ou seja, suas limitações não deveriam ser sonegadas, pois caso contrário não seriam elas objeto de atenção a fim de buscar soluções.

Aliás, essa perspectiva levou a uma atenção mais efetiva à questão, com isso, fez-se a diferenciação entre deficiência mental e doença mental.

Assim, no norte da Europa, por volta de 1959, surgiram as primeiras ações combativas à segregação dos deficientes, sendo essa ideia difundida por todo o mundo nas décadas seguintes, como bem aponta Werneck⁶, 1997:

O termo de inclusão estava longe de ser utilizado, mas já em 1959, nos países da Escandinávia – Suécia, Noruega, Islândia e Dinamarca – especialistas da área da saúde e de educação verbalizaram seu desejo de tirar das instituições segregadas crianças menos comprometidas intelectualmente.

Esse contexto levou a uma reflexão do sentido do termo igualdade, haja vista que, oferecer tratamento igualitário entre os indivíduos deve, necessariamente, respeitar e relevar as diferenças entre eles, de modo a elidir ou mitigar as limitações.

⁵ BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba. Editora UNIMEP, v 3 n° 5, p 7 – 25, 1999. p. 8.

⁶ WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 47.

Para isso, em 1979 no México, a Unesco promoveu um encontro onde países da América Latina assinaram o Projeto Principal de Educação, o qual combatia a elitização das escolas.

No ano de 1994, foi oficializado o termo inclusão, onde num encontro na Espanha foi assinada a Declaração de Salamanca, a qual reafirmava o direito à educação de todas as pessoas, em conformidade a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esse momento, até então foi o mais relevante de toda a história da educação mundial, contudo, o Brasil não se fez presente, conforme explica Werneck⁷, 1997:

Foi assim, com o objetivo de promover uma educação para todos, que se reuniram na Espanha, em junho de 1994, a convite do Governo espanhol e da Unesco, mais de 300 representantes de 92 Governos e de 25 Organizações internacionais. O Brasil, convidado oficialmente com todas as honras – o que incluía despesas pagas – a participar da conferencia de Salamanca pelo Governo espanhol, não enviou um representante.

Somente após a superação das diferenças é possível haver integração, ai sim se pode dizer na existência de igualdade, isso porque a inclusão só é efetiva quando ocorre na sua integralidade e não parcialmente. Romero (2013) faz as seguintes considerações⁸:

... atualmente, discutimos a Inclusão Social, característica do terceiro paradigma da relação da sociedade com o deficiente – o paradigma de suporte. Para chegar a estas ideias há mudanças de pensamentos interessantes: considera as diferenças entre as pessoas como característica do humano, localizando as deficientes não mais como orgânica e sim como ecológica, ou seja, algo que faz parte da humanidade, do meio.

Assim, percebeu-se que as mudanças devem partir do coletivo, ou seja, a acessibilidade deve ser fomentada e efetivada pela sociedade e não pelo deficiente, pois somente a administração pública é que tem o poder da coercibilidade que visa além da obrigatoriedade de seu cumprimento, também inibe conduta preconceituosa.

⁷ WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 49/50.

⁸ ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirlene Brandão de. Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. p. 3094-3095. In http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf visualizado em 07/05/13, as 13h30min.

Aliás, a própria Declaração de Salamanca estabelece que as escolas é quem deve se ajustar às necessidades dos alunos (sociais, físicas e linguísticas), independentemente de cor, sexo, etnia, cultura, mas que estejam às margens da sociedade.

Nos dias de hoje, nas Nações mais evoluídas, já se discute formas de se garantir aos deficientes maior liberdade e autonomia, por meio da valorização de seu poder de decisão, ou seja, ao deficiente é primando definir os rumos de sua própria vida.

1.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 trouxe em suas linhas a preocupação de garantir a boa qualidade de vida a todos que no Brasil vivem, apesar de não fazer qualquer menção aos instrumentos de concretização das referidas garantias.

Contudo, foi no século XX, nos anos 90, que ocorreu dois eventos importantes para que a educação inclusiva ganhasse força promovida pela UNESCO, Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, de onde se originou o documento “Declaração de Salamanca”.

Ainda que ratificados e recepcionados pelo Brasil, sua implementação ainda deixa a desejar no que se refere a inclusão escolar, ainda que saibamos que tornar realida de a referida inclusão escolar que é um dos mais, senão o maior, instrumento de contextualização de transformações sociais e econômicas.

Em sendo uma determinação legal que todos sejam iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, como disserta o *caput* do Art. 5º, da Constituição Federal Brasileira, neste diapasão, às pessoas deficientes também deve ter seus direitos garantidos sem sombras de dúvidas.

O consenso quanto às necessidades de atendimento das necessidades é certo, contudo, as opiniões se divergem em relação às ações para implementá-las, daí surgindo, basicamente, duas orientações, como aponta Dechichi⁹(2001):

Uma delas propunha a melhoria e aprofundamento do conceito de integração/*mainstreaming*, por meio de experiências mais controladas, juntamente com o desenvolvimento de pesquisas... sugeriu a substituição do termo normalização pela expressão “*valorização dos papéis sociais*”, esperando, com esta mudança, enfatizar o objetivo da normalização, ou seja, o apoio ao exercício dos papéis sociais valorizados pelas pessoas suscetíveis de desvalorização social (Doré et al., 1997).

A outra orientação de mudanças trazia para o foco da discussão um novo conceito – a *Inclusão Escolar*. A Inclusão Escolar despontava como uma outra opção de inserção escolar e vinha questionar as políticas e a organização da educação especial, assim como o conceito de integração (*mainstreaming*). De todas as críticas que os defensores da inclusão fazem ao processo de integração/*mainstreaming*, talvez, a mais radical seja aquela que afirma que a escola acaba ocultando seu fracasso em relação aos alunos com dificuldades, isolando-os em serviços educacionais especiais segregados (Doré et al., 1996).

Assim a Declaração de Salamanca e o Documento da Unesco – escrito com Jacques Délors, contribuíram para que um marco surgisse no sentido da Inclusão Escolar, não como integração mas de maneira sólida e independente como um cidadão deve sentir por seus direitos e obrigações.

1.2.1 Da Escola Comum e da Escola Especial

A escola comum tem sua base na construção do conhecimento acadêmico, o qual se opera com o saber universal em detrimento do saber particular, uma vez que, ela busca ampliar os conhecimentos do aluno adquiridos por meio das experiências pessoais, sociais e culturais, procurando a superação do senso comum.

⁹ DECHICHI, Claudia. Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 2001. p. 47.

Na escola comum a construção do conhecimento é predefinida durante um período determinado, ora denominado ano letivo. Ao aluno e ao professor cabe o cumprimento de metas e ações, destacando ao primeiro a obrigação de aprender e ao segundo a de ensinar, todavia a consecução de tais obrigações passa pela seleção de um caminho de aprendizagem, de uma metodologia de ensino, do uso de recursos didático-pedagógicos, escolhas essas que independem do aluno.

Dentro desse contexto, há também a escola que é a instituição onde a referida relação se desenvolve, de forma a promover ao aluno a sua “passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim uma função social reguladora e formativa”, como assegura (Batista 2006)¹⁰.

Aliás, (Batista 2006) afirma também que o conhecimento produzido na escola deve obrigatoriamente ser revestido “de valores éticos, estéticos e políticos, aos quais os alunos têm de estar identificados e por mais que a escola seja ‘liberal’ e descarte modelos totalizadores e coercitivos de ensino e de gestão, sua função social jamais será descartada”¹¹.

E promover a inclusão dos excluídos e marginalizados é materializar a referida função social, contudo isso não ocorreu, por isso foi criada a escola especial para atender os alunos deficientes.

Segundo (Batista 2006), o grande problema da escola especial é de que, inicialmente, ela tratava os alunos deficientes como “não sendo capazes de arcar com o compromisso primordial da escola comum de serem introduzidos no mundo social, cultural e científico, a não ser em condições muito específicas e fora dessa escola”, por isso era necessário a adaptação de condições especializadas¹³.

Mais do que ensinar, a função da escola é de compartilhar o saber de modo desenvolver o espírito crítico no aluno frente ao mundo que vive. E é nesse contexto que a inclusão encontra respaldo, pois a convivência com a diferença permite conhecer realidades, por vezes, desconhecidas.

¹⁰ BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2ª ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. p. 08.

¹¹ BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2ª ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. p. 08. ¹³ *Op. cit.*

Faz-se mister ressaltar que a inclusão não será feita apenas por meio de leis, imprescindível é que se desenvolvam políticas práticas que promovam a integração entre as duas modalidades de educação, mesmo que para isso seja extinto os serviços de educação especial.

Todavia, toda e qualquer mudança, necessariamente, deve ser realizada com cautela, principalmente porque a educação se trata de um processo em curso, o que não significa que ela deva ser postergada indefinidamente.

1.2.2 A Capacitação da Aprendizagem na Área da Deficiência Intelectual

Dentro do contexto da inclusão, a escolarização de alunos com deficiência intelectual em ambientes comuns do ensino regular corresponde a uma inovação nessa nova perspectiva, a qual visa a criação de uma sociedade mais acolhedoras e valorizadoras das diversidades de um país multicultural como o Brasil.

Certo é que, não se pode diminuir uma deficiência intelectual a uma mera diversidade existente, afinal, as relações sociais se desenvolvem em diversos campos, o que torna necessário a superação de uma visão exclusivamente biológica da deficiência intelectual.

A escola possui um papel único e insubstituível frente ao desenvolvimento daqueles com deficiência intelectual, assim somos desafiados a criar situações colaborativas de aprendizagem, valorizando os processos de desenvolvimento.

1.2.3 O Brasil e suas Políticas Públicas de Inclusão do Deficiente Intelectual

As primeiras iniciativas brasileiras de atendimento às necessidades de pessoas deficientes são datadas de meados do século XIX, onde no Rio de Janeiro, foi

dedicada a atenção aos surdos-mudos, mediante a criação do Instituto dos Surdos-Mudos. ... a substituição da terminologia de deficiência pelo termo necessidades educacionais especiais. Conforme Marchesi e Martín, um aluno com necessidade educacional especial é aquele que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade.

A atenção aos deficientes intelectuais data dos idos do século XIX, porém “as primeiras iniciativas ocorreram por intermédio da própria sociedade, sem qualquer ajuda do Poder Público que, à época, tratava tal questão com descaso, mas que acabou com a criação de escolas especiais privadas filantrópicas”, como aponta (Pan, 2008)¹².

Esse expediente se seguiu durante longo período, tendo o Poder Público se dedicado a educação regular, em meados do século XX a sociedade civil passou a se organizar em associações, as quais acabaram criando escolas ligadas às hospitais, nos termos de (Pan, 2008)¹³:

A educação de “débeis mentais” acontecia na escola como estabelecimento destinado ao tratamento médico-pedagógico, fosse nas classes especiais, fosse nas escolas anexas aos hospitais, fosse nas instituições filantrópicas.

Esse período culminou, em 1961, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na qual a educação do excepcional estava presente, destacada da regular.

A aproximação da educação regular e da educação especial ocorreu por volta de 1990, coincidentemente, essa justaposição teve início com o advento da mudança na concepção de deficiência intelectual, onde (Pan, 2008) faz também as seguintes considerações¹⁴:

Certo é que a educação especial, até então, buscava somente a integração do deficiente, nos dias de hoje o que se busca inclusão, a diferença entre elas é que no

¹² PAN, Miriam. O Direito à Diferença: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008. p. 74.

¹³ PAN, Miriam. O Direito à Diferença: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008. p. 79/80.

¹⁴ PAN, Miriam. O Direito à Diferença: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008. p. 80/81.

primeiro caso a preocupação é colocar o deficiente dentro do sistema sem que este esteja, necessariamente, preparado; ao passo que na segunda a preparação do sistema é uma preocupação para que o processo seja eficaz.

A referida preparação do sistema se traduz na transformação e na organização social de maneira eliminar os elementos excludentes e fomentar os propulsores das propostas inclusivas, assegurando assim às garantias constitucionais, afinal, a consecução da boa qualidade de vida também passa pelas questões educacionais e profissionais.

1.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

O êxito alcançado por muitas pessoas com deficiência no mercado de trabalho é resultado da combinação de diversos fatores, os quais se destacam: as adaptações feitas no local de trabalho, o uso de tecnologia adequada por parte do trabalhador com deficiência e das empresas, a sensibilização e a conscientização de todos os trabalhadores e a boa qualificação profissional da pessoa com deficiência.

Em meados do século XX a educação profissional aplicada às pessoas com deficiência foi adaptada à educação profissional, tendo como referência a educação disponível às pessoas em geral, como aponta (Oliveira, 2007)¹⁵:

O termo “treinamento profissional”, utilizado genericamente no passado, deu origem a vários outros conceitos ao longo das décadas seguintes: pré profissionalização, profissionalização, formação profissional, qualificação profissional, capacitação profissional e outros.

Segundo Sinick, “como uma fase do processo de reabilitação profissional, o treinamento significa basicamente preparação para o emprego em uma ocupação adequada.

O fato é que o treinamento em habilidades ocupacionais não é, por si só, suficientes para se obter um emprego, bem como para conservá-lo, o fato é que a educação

¹⁵ OLIVEIRA, Maria Helena Alcântara de. Educação profissional e trabalho para pessoas com deficiências intelectual e múltipla: plano orientador para gestores e profissionais. Brasília: FENAPAEs/TEM, 2007. p. 27.

profissional é vista como a preparação para todos os tipos de ocupações e isso inclui também a profissão.

Todavia, nessa época se acreditava que era as pessoas com deficiências quem deveriam se adaptar aos ambientes comuns, pois assim, eles seriam capazes de subjugar os obstáculos atitudinais e arquitetônicos existentes, pois essa seria uma habilidade a ser desenvolvida pelos deficientes.

A inclusão trouxe a ideia de que a sociedade é quem deveria se adaptar às pessoas para que todos possam fazer parte dela em todos os aspectos e isso também inclui os deficientes.

A necessidade de integrar todas as habilidades junto as experiências educacionais acaba por beneficiar a todos, como revela (Oliveira, 2007) ao citar Stainback & Stainback¹⁶:

... a educação profissional centralizada na vida é planejada em torno de 'competências' para a vida adulta em três áreas (habilidades da vida diária, habilidades pessoais-sociais e orientação e preparação ocupacionais), 22 competências e 102 subcompetências. Exemplos de competências associadas às habilidades da vida diária incluem a administração das finanças familiares; a escolha, a administração e a manutenção do lar; a atenção com as necessidades pessoais; a criação de filhos; o enriquecimento da via familiar; e a aquisição e o cuidado com as roupas" (p. 326).

As experiências educacionais profissionais brasileiras sempre foram muito significativas quanto a colocação de deficientes no mercado de trabalho, a qual era feita exclusivamente por centros de reabilitação médica e/ou profissional.

Com o advento da evolução tecnológica e o surgimento de novos recursos os serviços educacionais, profissionalizantes e de intermediação da mão-de-obra no mercado de trabalho, aliás, nos idos do século XX, as escolas profissionalizantes do Sistema S também passaram a oferecer seus cursos.

¹⁶ OLIVEIRA, Maria Helena Alcântara de. Educação profissional e trabalho para pessoas com deficiências intelectual e múltipla: plano orientador para gestores e profissionais. Brasília: FENAPAEs/TEM, 2007. p. 28.

Notadamente, no passado existia um hiato entre as empresas e as instituições especializadas em atender pessoas com deficiência, isso porque os conteúdos ministrados não eram condizente com a do mundo do trabalho.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o emprego de pessoas com deficiência deve ser conciliada com uma atitude economicamente rentável, que corresponda não tanto às limitações do candidato e sim às competências e o potencial laborativo.

Atualmente grandes mudanças estão ocorrendo, pois, a atenção às pessoas com deficiência está fazendo todas as pessoas envolvidas nesse contexto a reavaliarem seus valores, suas crenças e seus referenciais teóricos.

Isso se deve ao fenômeno da conscientização e da sensibilização das pessoas quanto a essa questão, todavia, tais mudanças não são suficientes para incluir os deficientes no mercado profissional, uma vez que a estruturação física também é imprescindível.

1.3.1 Da Capacitação Profissional

A palavra trabalho vem do latim, trata-se de um objeto de tortura ou uma canga que pesava sobre os animais, chamado *tripalium*, naquela época, o trabalho não tinha o peso e as classificações existem nos tempos atuais, muito pelo contrário nos primórdios, o trabalho era apenas uma coisa, sem qualquer direito, destinado aos escravos.

Na era de Platão e Aristóteles, na Grécia, o trabalho tinha sentido pejorativo, o trabalho não tinha significado de realização pessoal, mesmo porque a dignidade estava ligada a participação de negócios na cidade por meio da palavra como, por exemplo, a política.

Continuando na linha do tempo, na era do feudalismo, encontramos a servidão, onde os servos ainda não eram livres, onde eram obrigados a entregar parte de sua produção rural aos senhores feudais. Em outro momento, temos ainda as corporações de ofício, surgindo os seguintes atores: o mestre, o companheiro e o aprendiz;

Os mestres eram os proprietários e possuíam autorização para explorar aquele ofício, o aprendiz tinha a possibilidade de aprender um ofício ou profissão, e com o passar do tempo mostrando conhecimento passava a receber salário e a ser chamado de companheiro.

Existiam dificuldades que muitas vezes não possibilitava que a maioria dos companheiros pudesse evoluir para mestre, pois ele só poderia alcançar este cargo se passasse no exame de obra-mestra, difícil para época ou poderia casar-se com a filha de um mestre, contudo, não havia tantas filhas assim, ou ainda receberia o título de mestre sem condição alguma se fosse filho de mestre, para a maioria tal situação era considerada injusta.

Com o advento da Revolução Francesa, em 1791, alcançou-se a liberdade contratual, a era do individualismo, eliminando as corporações de cidadãos. Neste período o trabalhador gritava por liberdade e igualdade, acreditava que teria o seu valor próprio, que seria respeitado, dono de seu próprio nariz.

Em seguida, no período que sucede a história, a Revolução Industrial, acabou transformando o trabalho em emprego, assim, houve a necessidade de adquirir nova cultura, contudo, ainda o ser humano era tratado sem respeito era tratado como peça repositora parte da máquina que manuseava, onde se houvesse qualquer tipo de acidente com o empregado, seria imediatamente trocado e sem direito a nenhum tipo de benefício e sem garantia de retorno ao seu emprego.

A jornada de trabalho passavam de 16 horas por dia, devido a este abuso cometido pelos empregadores, somado ao ambiente insalubre, sujeito a incêndios, explosões e propício para pegar doenças, como: asma, pneumonia, tuberculose, etc. ocorriam muitos acidentes que trouxe a inevitável intervenção estatal. A intervenção do estado foi primordial para alcançar o bem estar social e melhorar as condições de trabalho, no que tange a jornada limitada em 12 horas, excluindo.

Quando se tenta buscar o verdadeiro significado do trabalho, o que nos vem à mente é a clássica comparação entre o homem e a abelha feita por Marx em O Capital¹⁷:

¹⁷ MARX, Karl. O Capital. 1985, p. 149

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Neste sentido, Marx media que o trabalho corresponde a uma forma do indivíduo mostrar aos demais sua natureza e por isso deve ele ser considerado sob dois prismas: um concreto e o outro abstrato.

O aspecto concreto consiste na utilidade à sociedade, afinal, este é o seu verdadeiro sentido, ao passo que, o aspecto abstrato se atém apenas na criação de valores de troca, perdendo assim o seu valor qualitativo.

No Brasil a formação do trabalhador ficou marcada já no início com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício.

Com o fim da escravidão e a proclamação da República, nascia a perspectiva de alterar o panorama em relação ao ensino de ofícios, sendo aprovado em 1906 um crédito do governo federal para que as unidades federais criassem escolas técnicas profissionais.

A Constituição da República de 1891 instituiu um sistema federativo de governo que descentralizou o ensino e a dualidade de sistemas, a qual atribuiu às referidas unidades a criação e o controle do ensino primário e o ensino profissional.

1.3.2 O Deficiente e as Inteligências Múltiplas

A ideia de que a inteligência está associada com a capacidade intelectual é de longa data, prova disto é que a avaliação utilizada para medição da inteligência humana era os testes de Q.I. (coeficiente de inteligência).

Todavia, tal visão parece ser um tanto quanto equivocada, pois, como avaliar diferentes pessoas mediante a utilização de um único critério, afinal, as pessoas possuem características díspares entre si, sejam elas decorrentes de formações, crenças, vivências, entre outros elementos que de alguma forma compõem o conjunto evolutivo de cada ser.

Faz-se mister ressaltar que, entre os elementos que corroboram com referida afirmação é a de que cada pessoa possui um grupo de facilidades, ou seja, aptidões, afinal, existem pessoas que tem destrezas para cálculos, outras para questões biológicas, há aqueles que não possuem para nenhuma dessas áreas, mas sim nas ciências sociais.

Por isso, não parece incoerente a necessidade de se considerar outros critérios, inclusive os subjetivos, para se avaliar o grau de inteligência de toda e qualquer pessoa.

Entre os precursores dessa corrente, destaca-se Gardner que mais do que criticar propôs uma alternativa ao modelo existente. Em seus estudos, os fatores simbólicos e a capacidade cognitiva passaram a ser considerados, valorizando também os fatores biológicos e os da criatividade, juntamente com aqueles propostos, outrora por Binet, os quais a capacidade e raciocínio rápido, lógico matemático e linguístico.

Assim, para que um ser humano seja considerado inteligente é necessário valorizar um conjunto de ações simbólicas pertencentes às áreas da psicologia, da neuropsicológica e da neurociência.

Com isso, Gardner organizou sua teoria em sete linhas de inteligência: Linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-sinestésica, interpessoal e intrapessoal, conforme suas próprias palavras¹⁸:

Inteligências múltiplas é um modelo cognitivo que tenta descrever como os indivíduos usam suas inteligências para resolver problemas e criar produtos, sua teoria quer mostrar como a mente humana opera sobre os conteúdos do mundo. As inteligências encontradas por ele até o momento são: linguística, lógico-matemática, espacial, corporal-sinestésica, musical, naturalista, interpessoal e intrapessoal.

¹⁸ ARMSTRONG, Thomas. *Inteligências Múltiplas na sala de aula*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Frente a este contexto, foram cultivadas algumas suposições, como aponta (Travassos, 2001) em seus estudos ao fazer as seguintes afirmações¹⁹:

1. nem todas as pessoas têm os mesmos interesses e habilidades, nem aprendem da mesma maneira;
2. ninguém pode aprender tudo o que há para ser aprendido;
3. a tarefa dos especialistas em avaliação seria a de tentar compreender as capacidades e interesses dos alunos de uma escola;
4. a tarefa do agente de currículo para o aluno seria a de ajudar a combinar os perfis, objetivos e interesses dos alunos a determinados currículos e determinados estilos de aprendizagem;
5. a tarefa do agente da escola-comunidade seria a de encontrar situações na comunidade determinadas pelas opções não disponíveis na escola, para as crianças que apresentam perfis cognitivos incomuns;
6. um novo conjunto de papéis para os educadores deveria ser construído para transformar essas visões em realidade;
7. Gardner passa a se preocupar com aquelas crianças que não brilham nos testes padronizados, e que, conseqüentemente, tendem a ser consideradas como não tendo nenhum tipo de talento.

A preocupação com as crianças é uma das tônicas de Gardner, uma vez que, seu modelo visa uma aplicação efetiva em sala de aula, pois, para ele, o convívio com as diversas situações acaba por proporcionar às crianças uma aprendizagem mais significativa. Aliás, Uilma Rezende da Silva também traz tais considerações em seus estudos:

A partir dessa teoria das inteligências múltiplas podemos refletir sobre maneiras de utilizar esse referencial na sala de aula, pois as crianças necessitam desde cedo um convívio variado com diversas situações que possa proporcionar aprendizagens significativas. A aprendizagem da criança ocorre de várias formas, no brincar, falar, ler e em diversas maneiras e o que faz a diferença nesse caso é que seja qual for a aprendizagem deve ter sentido para a criança. Na concepção da teoria das inteligências múltiplas acredita-se que a criança deve ser estimulada o tempo todo em suas ações, a criança aprende a solucionar problemas vivendo nas situações do cotidiano e novas práticas, para isso a aprendizagem deve ser de forma concreta.

¹⁹ TRAVASSOS, Luiz Carlos Panisset. Inteligências Múltiplas. Revista de biologia e ciências da terra. Vol. 1, n° 2. 2001.

Porém, há que se notar que, em suas palavras, Gardner faz menção ao termo sala de aula, assim sendo, constata-se que seus ensinamentos também podem ser aplicados a quem quer que seja, independentemente, de ser criança ou adulto, deficiente ou não. Para isso, os estímulos utilizados devem se adequar a realidade da sala de aula, ou seja, do grupo e do meio.

Ao atentar-se aos deficientes intelectuais, a teoria de Gardner tem aplicabilidade efetiva, haja vista que, a aprendizagem deste grupo de pessoas é baseada na repetição, na vivência em grupo, de modo a realizar associação entre a teoria e a prática.

A deficiência intelectual não significa inaptidão de aprendizado, mas sim a necessidade de metodologia e instrumentalização alternativas àqueles tidos como padrão. Isso é considerar o meio e a realidade do indivíduo em aprendizado.

1.3.3 A Inclusão Profissional do Deficiente Intelectual e a Responsabilidade

Social Empresarial

A inclusão tem sua origem na função social de promover o desenvolvimento da sociedade de maneira a alcançar a boa qualidade de vida. Não obstante, o Art. 170, da Constituição Federal Brasileira, aponta como sendo uma dos princípios da Ordem Econômica a valorização do trabalho humano.

O respeito a tal determinação é condição *sine qua non* para a existência dos empreendimentos existentes no Brasil, o que inclui o combate dos preconceitos, o reconhecimento da igualdade entre as pessoas e o fomento do desenvolvimento humano.

A conscientização desse papel ensejou nos programas corporativos de valorização da diversidade, ora cada vez mais introduzidos nas organizações como um componente positivo de integração social, como afirma (Gil, 2002) a destacar²⁰:

²⁰ GIL, Marta. O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. São Paulo: Instituto Ethos, 2002. p. 11.

A diversidade evidencia os valores da partilha, da complementaridade e da solidariedade. Num quadro social marcado por discrepâncias profundas, fica cada vez mais clara – também para as empresas – a importância estratégica de criar uma realidade social inclusiva, que absorva as demandas e necessidades de todos segmentos sociais. Afinal, a vida longa dos negócios está intimamente relacionada à criação de um modelo sustentável de desenvolvimento para toda a sociedade.

Aos deficientes o primeiro direito a ser garantido é o da acessibilidade, em todas as suas formas, como as da educação, da saúde, do trabalho, da remuneração digna, o que passa, obrigatoriamente, pela inclusão no mercado de trabalho.

Não obstante, cabe ressaltar que a inclusão também deve assegurar a interação das pessoas deficientes com todos os clientes da empresa, sejam eles internos ou externos, afinal, o desenvolvimento dos talentos só é possível por meio de relações humanas.

A busca da inclusão fez com que ações práticas fossem implementadas, de modo que, os deficientes conquistaram autonomia, pois, as limitações vem sendo superadas. Aliás, assim se manifesta (Gil, 2002):

Com o objetivo de criar ações de combate à discriminação no trabalho e na qualificação profissional e ampliar os níveis de consciência sobre a responsabilidade das empresas com relação aos impactos que provocam em seu entorno, a OIT, em parceria com o Ministério do Trabalho e do Emprego, e com o apoio do FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador), organiza a Rede de Formação e Certificação de Competências, que inclui experiências de promoção da diversidade e da inclusão social.

Inquestionável é que, ações como essas suscitam condições para que as pessoas com diferentes tipos de deficiência tenham oportunidade de não só serem inseridas nas empresas, mas também que elas desenvolvam novas capacidades.

E é justamente isso que se pode afirmar que é cumprir a função social, ou seja, promover o desenvolvimento da sociedade de maneira que todos que nela estão inseridos se tornem pessoas melhores e tenham melhores condições de vida.

Neste sentido, certo é que, a todos cabem o encargo de respeitar e de cumprir todas as obrigações impostas pela lei, porém, mais do que observá-las é preciso ser proativo, ou seja, agir de maneira a buscar o desenvolvimento social.

Todavia, antes de desenvolver ações, imprescindível é de que as pessoas integrantes da sociedade estejam capacitadas para atuarem efetivamente no desenvolvimento social.

E é por meio do desenvolvimento de competências, o Senac busca promover a capacitação dos atores integrantes do mundo do trabalho e, para este estudo, em especial para as pessoas com deficiência.

1.4 O BRASIL E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL

Inicialmente não há como não reportar a ausência brasileira no encontro ocorrido em 1994 na Espanha, onde foi assinada a Declaração de Salamanca, instrumento este considerado de maior relevância no mundo tratando da educação e da inclusão.

Aí fica evidenciado uma conduta omissa do Governo nacional frente às questões educacionais, principalmente porque todas as despesas correriam pelo governo espanhol, ou seja, o Brasil não demonstrou interesse.

Descaso ou autossuficiência? Não dá para afirmar com precisão que tal fato decorresse de descaso, mas diante do contexto educacional brasileiro a autossuficiência não é uma realidade.

Notadamente, as políticas públicas correspondem à ações que um Estado entende como sendo prioritárias a fim de atender seus interesses, coletivos, difusos e individuais. As políticas de governo são as ações determinadas dos governos a fim de implementar as políticas públicas.

Entre as várias questões de interesse público, aqui é destacada as sociais que visam a inclusão dos deficientes intelectuais na vida em sociedade.

Certo é que, ao se dissertar sobre questões inclusivas, obrigatoriamente há que se falar em marginalização, ou seja, necessário é reconhecer a existência de pessoas que são excluídas.

Essa exclusão enseja na abstração dos direitos, pois estar ou ser excluído implica, minimamente, na sonegação de prerrogativas legalmente garantidas, as quais resultam em insegurança jurídica.

Neste sentido, cumpre salientar que o combate a estas intempéries também compete a sociedade civil, cujas ações organizadas fizeram surgir organizações não governamentais - ONG's, estas que atuam em ações diretas no combate daquelas, surge assim o terceiro setor.

Constitucionalmente, ao Estado compete atender as demandas sociais e combater o quadro de exclusão social. Esse combate pode se dar por meio de ações diretas, incentivos governamentais e parcerias público privada.

Entre as ações governamentais de combate a exclusão está a criação de cotas, onde parte das vagas de trabalho, estudos, entre outras oportunidades são destinadas obrigatoriamente aos excluídos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²¹:

24% da população nacional são de pessoas com deficiência. Mais de 24 mil salas com recursos multifuncionais já foram implantadas em escolas públicas federais, estaduais e municipais. Dominó e memória tátil, lupa eletrônica, calculadora sonora e programas computacionais adaptados estão entre os mais de 30 itens que compõem as salas.

Existem outras tantas questões que vêm sendo observadas, o MEC adotou ações para viabilizar a acessibilidade, como por, exemplo, a disponibilização de veículos. Também foram disponibilizadas 150 mil vagas para qualificação profissional de pessoas deficientes.

Nas palavras da diretora de políticas de educação especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, a senhora Martinha Clarete Dutra²²:

²¹ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Políticas de inclusão levam pessoas com deficiência às escolas e universidades. *In* http://redcomunicadores.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3836:politicas-de-inclusao-levam-pessoas-com-deficiencia-as-escolas-e-universidades&catid=93:noticiasrede&Itemid=232 visualizado em 07/05/13 às 19h23min.

²² BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Políticas de inclusão levam pessoas com deficiência às escolas e universidades. *In* http://redcomunicadores.mec.gov.br/index.php?option=com_

As pessoas com deficiência têm direito à educação e os sistemas de educação têm de oferecer condições para que elas venham para a escola e tenham acesso aos recursos de tecnologia assistida, garantindo igualdade de aprendizagem.

Dentro dessa perspectiva, o governo federal vem desenvolvendo políticas públicas inclusivas, de modo a viabilizar a integração e interação dos deficientes no mundo do trabalho.

2 CAMINHO PERCORRIDO PELA PESQUISA

Inicialmente, este trabalho buscou realizar exposições concatenadas acerca das condições físicas e psíquicas, da realidade social e jurídica dos deficientes intelectuais no Brasil.

Dentro desta conjuntura, este estudo focou nas condições de apreensão e capacitação do referido grupo, visto que, as atuais preocupações sociais buscam a chamada inclusão dos marginalizados, ou seja, daqueles que ficam às margens da sociedade numa condição de excluídos.

Para isso, atentou-se às questões e condições que circundam os deficientes intelectuais, uma vez que, compreender sua realidade permite que suas necessidades sejam atendidas.

Mais do que isso, observar a realidade vivida antes do e depois do ingresso no curso e estudá-las segundo a metodologia história de vida permite observar a evolução sob o aspecto do próprio deficiente, ou seja, sob o prisma daquele que vive cotidianamente com as limitações, as dificuldades, os preconceitos, enfim, com as situações excludentes.

Não obstante, a adoção desta metodologia concerne num aspecto mais humano, isso porque, nem sempre a evolução em números se traduz na prática em benefícios vividos.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

O presente estudo analisa o Programa Educação para o Trabalho – Trampolim e, para trazer subsídios a este estudo, dois municípios foram investigados, os quais: Bebedouro e São José do Rio Preto.

Tais municípios são utilizados como parâmetros para o presente estudo de caso, visto que, em suas unidades o Senac desenvolve o referido programa. Diante disso, passa-se a caracterizá-los individualmente, bem como a instituição supracitada no cenário de cada localidade.

2.1.1 O município de Bebedouro

O município de Bebedouro, onde foi realizada uma parte da pesquisa, está localizado na região norte do estado de São Paulo, fazendo parte da microrregião da Serra de Jaboticabal e da mesorregião de Ribeirão Preto. Possui área de 682,511 km². (<http://www.bebedouro.sp.gov.br> , acesso em 12/03/2013) (Figura 01)

Figura 01: Localização do município de Bebedouro no Estado de São Paulo.



(fonte: <http://www.bebedouro.sp.gov.br>)

Bebedouro foi fundado no dia 3 de maio de 1884, sendo considerada a data oficial por ser o dia em que se lavrou a escritura de venda da primeira parte do atual patrimônio urbano pelo Sr. João Francisco da Silva e sua mulher D.^a Ana Cezaria Pimenta ao sr. Procurador da Capela, Capitão José Inácio Garcia. (<http://www.bebedouro.sp.gov.br>) acesso em 12/03/2013)

Outro fato de grande relevância para Bebedouro foi a inauguração da Estação Ferroviária da Paulista (FEPASA) no ano de um mil novecentos e dois, foi um dos elementos vitais para o crescimento do município. Contudo, a referida companhia foi extinta e desde 2004 (dois mil e quatro), tal estação abriga o Museu dos Ferroviários.

No início do século XX Bebedouro tinha sua economia pautada na lavoura de café, a qual foi substituída pelo plantio de laranja em decorrência da crise de um mil novecentos e vinte e nove, ou seja, a quebra da Bolsa de Nova Iorque.

O cultivo da laranja, várias indústrias ligadas ao suco de laranja instalaram-se no município, o que proporcionou um rápido crescimento populacional, assim como levou o município a ser tornar o maior produtor mundial de laranja.

Em meados da década dos anos de 1990, o ciclo de prosperidade da laranja chegou ao seu final e com isso o município passou por um período de recessão, tendo superado por meio do desenvolvimento do seu setor de comércio e serviços, bem como o plantio de cana-de-açúcar.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Bebedouro possui o índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,819 o que a classifica em sexagésimo sexto município do Estado de São Paulo e sua população era de 75 035 (setenta e cinco mil e trinta e cinco) habitantes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a renda per capita de Bebedouro era de R\$ 39.112, a qual decorre, principalmente, das indústrias de suco de laranja, de óleos vegetais, de fertilizantes, carrocerias e confecções.

Na área educacional Bebedouro possui oito escolas municipais de ensino fundamental, sete escolas estaduais de ensino fundamental, quatro escolas estaduais de ensino fundamental e médio, dezesseis escolas particulares de ensino fundamental e médio, quatro escolas municipais de ensino infantil, excluídas aquelas anexadas às escolas de ensino fundamental, quatro escolas particulares de ensino infantil, seis centros de ensino supletivo, treze creches municipais, uma ETEC, uma unidade Senac São Paulo, um Centro Universitário (UNIFAFIBE) e uma Faculdade (Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro – IMESB).

Atentando-se à unidade Bebedouro do Senac, seu prédio ocupa uma área construída de seiscentos e cinquenta metros quadrados (650m²), compostas por biblioteca, laboratórios de informática, auditório e salas de aulas, com aparelhagem de áudio, vídeo e lousas digitais.

A unidade atualmente está dividida em dois prédios.

O acervo da biblioteca é composto por livros impressos, livros falados (audiobooks), livros em Braille, apostilas, fitas de vídeo e periódicos relacionados às áreas de atuação do Senac, os quais se encontram disponíveis para consultas e empréstimos, não somente para discentes, mas para toda população.

Também são disponibilizados computadores com acesso à internet e às suas bases de dados, bem como publicações da Editora Senac São Paulo.

Os laboratórios de informática são equipados com computadores, notebooks e lousas eletrônicas, disponibilizados a todos os cursos, em especial, aos cursos da área da informática, seja de software e os de hardware.

O auditório possui capacidade para 60 pessoas e está equipado com vídeo digital, mesa de áudio, micro system, microcomputador, microfones, projetor multimídia, aparelho de som, videocassete e quadro branco magnético.

Esse espaço é utilizado para às programações da unidade, mas também recepciona e disponibiliza o sinal da Rede Sesc/Senac de Televisão, onde os programas socioeducativos da emissora e também as Teleconferências são colocados à disposição da comunidade.

Em Bebedouro, o Senac disponibiliza cursos nas áreas de Administração e Negócios, Enfermagem, Nutrição, Segurança do Trabalho e Informática, oferece Programa Educação para o Trabalho Trampolim, entre outros.

2.1.2 O município de São José do Rio Preto

O município de São José do Rio Preto está localizado interior do estado de São Paulo à noroeste da capital, pertencente à mesorregião e microrregião de São José do Rio Preto, ocupando uma área de 431,9 km², sendo que 119,48 km² estão em perímetro urbano, tendo uma população de 408 258 (quatrocentos e oito mil e duzentos e cinquenta e oito) habitantes.

Figura 02: Localização do município de São José do Rio Preto no Estado de São Paulo.



Fonte: www.riopreto.sp.gov.br Acesso em 12/03/2013.

O município de São José do Rio Preto foi emancipado do de Jaboticabal em 1890 (um mil oitocentos e noventa), ficando sob seu território os distritos de: Tanabi, Ibirá, Avanhandava, Itapirema, Itapura e Vila Adolpho. Atualmente, são apenas os distritos de: Engenheiro Schmitt e Talhado. (<http://www.riopreto.sp.gov.br>, acesso em 12/03/2013).

Em 1912, a Estrada de Ferro Araraquara (EFA) chegou à cidade, fazendo-a assumir uma importante posição de polo comercial de concentração de mercadorias produzidas em Avanhandava.

Com o passar do tempo, a expansão ferroviária fomentou diversos movimentos de desbravamento e povoamento de novas localidades, conhecidas como as frentes pioneiras, a qual fundava a economia no cultivo do café.

Esse movimento expansionista também foi alavancado pelo crescimento das exportações que, aliado ao esgotamento dos solos usados no cultivo, e a facilidade na obtenção de empréstimos bancários, movimentou desde o Vale do Paraíba até São José do Rio Preto, passando pelas regiões de Campinas e Ribeirão Preto.

O município de São José do Rio Preto, segundo o IBGE (2010), possuía densidade demográfica de 109,81hab/Km² e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,834, o que a classifica como o vigésimo sétimo município do Estado de São Paulo.

A renda *per capita* de São José do Rio Preto é de R\$ 18.776,00 (dezoito mil setecentos e setenta e seis reais), seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 7.879.048,00 (sete milhões, oitocentos e setenta e nove mil e quarenta e oito reais), sendo o quinquagésimo sétimo maior do Brasil, o setor terciário é o mais importante na economia rio-pretense, seguido pelo secundário e primário respectivamente. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) ela é considerada o decimo oitavo município mais promissor do país.

O município possui escolas em todas as suas regiões, inclusive, a população da zona rural que, em decorrência da alta taxa de urbanização, dispõe de fácil acesso às escolas.

Em 2008, São José do Rio Preto contava cento e noventa e três escolas nas redes públicas e particulares, duas são as escolas responsáveis pelo atendimento de deficientes intelectuais, as quais são: a Apae e a Associação Renascer.

O município de São José do Rio Preto, por meio de sua Secretaria Municipal de Educação e Cultura, celebrou uma parceria com a Faculdade de Medicina de Rio Preto (FAMERP) criando um projeto denominado Gato de Botas.

Neste projeto, os estudantes da referida faculdade auxiliam a rede pública no atendimento dos alunos queixosos de dificuldades de aprendizagem, após a avaliação, aqueles que são diagnosticados como imperativos são integrados ao programa para tratamento.

Além da FAMERP, o município possui também outras instituições de ensino superior, como o campus da Universidade do Estado de São Paulo - Unesp, da Universidade Paulista – UNIP, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE, do Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP, do Centro Universitário do Norte Paulista – UNORP, da Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC, entre outras.

Neste contexto, encontra-se a unidade São José do Rio Preto do Senac, desde 1948 (um mil novecentos e quarenta e oito), onde são oferecidos cursos livres, técnicos e

de pós-graduação, além dos workshops, eventos e campanhas realizadas junto à comunidade.

Essa unidade possui uma área de quatro mil cento e dez metros quadrados (4.110 m²), contendo uma biblioteca com duzentos e um metros quadrados (201m²), um auditório com capacidade para cento e setenta e seis (176) pessoas e laboratórios específicos e modernos para realização de programas de gastronomia, tecnologia da informação, estética, moda, design e saúde e meio ambiente.

Em São José do Rio Preto, o Senac disponibiliza cursos nas áreas de Administração e Negócios, Enfermagem, Nutrição, Gastronomia, Segurança do Trabalho, Informática, Turismo, Rádio e Áudio, Meio Ambiente, Hotelaria, Educação, *Desing*, Logística, Moda, Responsabilidade Social, Podologia, Programa Educação para o Trabalho Trampolim, entre outros.

A infraestrutura disponibilizada aos docentes, discentes e à comunidade junto às salas, biblioteca, auditório e laboratórios são semelhantes às apontadas na unidade Bebedouro, todavia, ressalta-se que todos os equipamentos atendem a demanda, a necessidade e as especificidades dos cursos disponibilizados por esta unidade.

2.2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa foi a história de vida uma vez que o objeto a ser estudado trata de situações e reflexos vividos por pessoas com deficiência.

Referida metodologia surgiu no início do século XX, cuja relevância resta evidenciada a partir do momento em que ela passa a estudar o ser humano de forma global e não isoladamente, em conformidade aos estudos de L.L.Langness (1973, p.7), que assim disserta:

A Antropologia teve, desde o início do século uma influência marcante na formação do pensamento ocidental. Forneceu uma perspectiva adequada à posição de nossa cultura como uma entre muitas, e pôs em questionamentos pressuposições e crenças universais e absolutas relativas à condição peculiar do homem. Antropologia, estudando o homem, foi capaz desta contribuição principalmente através de análise descritivas dos modos de vida desconhecidos.

Importante é ressaltar que a metodologia supramencionada, pode até não ser a ideal, todavia é a mais adequada, pois melhor traduz, didaticamente, a realidade estudada, haja vista que, o comportamento humano decorre de juízos de valores.

Assim, uma análise imparcial decorre de um estudo despido de pré-conceitos e subjetivismo por parte do pesquisador, afinal, quando se fala de comportamento humano, fala-se em dimensões transculturais.

Isso ocorre cotidianamente, uma vez que, as atuais ferramentas tecnológicas oportunizam a integração de diversas culturas por meio de um “simples toque” oriundo da internet.

Ao bem da verdade, a grande dificuldade encontrada está na real compreensão dessas diferenças culturais, especialmente porque o início da formação cultural de toda e qualquer pessoa decorre da imposição, seja familiar ou social. Neste sentido L.L. Langness (1973, p.7) assim se expressa:

Embora demonstrem a diversidade e a integração culturais, o controle social, o comportamento religioso, os costumes matrimoniais e outras coisas, raramente relatam como os fatos foram coletados e interpretados.

Sem esta informação, o “consumidor” dos resultados antropológicos fica mal informado sobre os processos de nossa ciência – uma posição insatisfatória tanto para o estudante quanto para o professor.

Por conta do exposto, verifica-se a grande importância dos pesquisadores pautarem sua conduta na boa-fé que, no presente caso, não implica somente no respeito às diversidades, mas no comprometimento de compreender as realidades analisadas, a fim de se promover a socialização das pessoas e das culturas.

E, é justamente essa integralização indivíduo-sociedade que prima pela formação de um ser humano que viva e atue de maneira proativa no desenvolvimento da sociedade, ou seja, o chamado ser social.

Assim, essa abordagem metodológica permite o estudo do processo de construção da vida individual e social desenvolvida em sala de aula na busca da inserção dos deficientes intelectuais no mundo do trabalho.

Tal verificação se constata pertinente, uma vez que, a compreensão e a divulgação dos resultados obtidos permitirão o intercâmbio das experiências e dos resultados, de modo a concluir se os caminhos percorridos são os ideais, para que alcancemos a dignidade da pessoa humana e a quebra de paradigmas ainda existentes em volta deste tema.

Não obstante, esse estudo metodológico não se esgota quanto às sugestões e análises, afinal, a análise está numa constante busca pela construção do novo e isso inclui o ambiente escolar, por meio das formas, dos conteúdos e das linguagens.

Por isso é que a história de vida corresponde à possibilidade didática para trabalhar a ideia de socialização na escola e no mundo do trabalho, afinal, ela integra ativamente todos aqueles que, de alguma forma, dela participam, promovendo assim o envolvimento e o desenvolvimento pessoal, mediante a compreensão e percepção do processo de socialização.

Segundo Mota (2005, p.03), a metodologia história de vida corresponde a um instrumento de análise e compreensão do processo de socialização do ser humano, nos seguintes termos:

A história de vida, no âmbito das metodologias científicas, pode ser entendida segundo duas perspectivas: como documento e como técnica de captação de dados, conforme Haguette (1987, p. 69). No trabalho aqui proposto, a história de vida é tratada como documento que serve para exercícios de análise e compreensão do processo de socialização do ser humano. Também é uma abordagem que propicia sugestão de questões e temas para serem desenvolvidos ...

De acordo com Lodi (1977), os critérios empregados para elaborar boas perguntas e obter boas respostas são muito importantes na pesquisa com fontes orais.

Após a escolha da forma de entrevista e do perfil do grupo de candidatos a serem estudados, recomenda-se realizar a avaliação das respostas, verificando a validade das mesmas, de uma das três maneiras seguintes: comparando-a com uma fonte externa; comparando-a com a de outro entrevistado; observando as dúvidas, incertezas e hesitações demonstradas pelo entrevistado.

A seleção da testemunha, o lugar da entrevista e o roteiro são essenciais para o recolhimento de um depoimento oral, pois, ao selecionar a testemunha, o

entrevistador deve organizar o grupo a ser estudado a partir de sua faixa etária, conforme o tema e o período histórico selecionados na problemática da pesquisa. Alguns cuidados devem ser levados em conta, pois esse trabalho exige muita paciência, principalmente do historiador, que deve limitar o tempo e evitar perguntas minuciosas, que podem acabar perturbando e confundindo a testemunha. (TOURTIER-BONAZZI,2006)

A entrevista dirigida prende a testemunha num questionário preestabelecido. A não-dirigida pode fazer com que a testemunha se afaste do tema. A mais indicada é a semi-dirigida, é um meio termo entre a fala única da testemunha e o interrogatório direto. (TOURTIER-BONAZZI, 2006)

Neste diapasão, a averiguação se os deficientes intelectuais alcançam a socialização após participarem do Programa Educação para o Trabalho – PET Trampolim será mais efetiva por meio desta metodologia, afinal, a socialização é condição *sine qua non* da história de vida.

A pesquisa apresentada foi realizada mediante da história oral de alguns Egressos do PET Trampolim, sendo selecionados 10 (dez) discentes aleatoriamente de turmas de 2009 à 2011, sendo 5 (cinco) de cada município.

No intuito de preservar a identidade das testemunhas, seus nomes foram substituídos por letras e números como descritos no quadro abaixo. (Quadro 01)

Quadro 01: Representação dos participantes nos municípios de Bebedouro e de São José do Rio Preto

Município de Bebedouro	Município de São José do Rio Preto
B1	RP1
B2	RP2
B3	RP3
B4	RP4
B5	RP5

Fonte: autora

Nesta pesquisa foi utilizada uma conversa informal, de modo a deixar os discentes a vontade, ou seja, evitar ao máximo que fatores externos influenciassem as respostas do rol de questões elaboradas.

3 O RESULTADO DA ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO TRAMPOLIM.

Ao examinar as respostas das questões, buscou-se por meio da metodologia histórias de vida, averiguar se o referido programa logrou êxito em capacitar os discentes para o mundo do trabalho.

Não obstante, também é analisado se houve ou não relevância na qualidade de vida dos discentes, independentemente de terem eles tido sucesso no ingresso no mundo do trabalho.

Diante de tais perspectivas, desenvolveu-se o presente estudo sob as fundamentações a seguir articuladas, ou seja, as pesquisas nas duas localidades seguiram o mesmo roteiro, sendo ele composto da seguinte forma:

- a) Levantamento de documentos do próprio programa;
- b) Entrevista informal, por meio de perguntas respondidas pelos jovens (discentes) que passaram pelo programa no período de fevereiro/2009 a dezembro/2011;
- c) Entrevista, por meio de perguntas, com gerente, docentes e coordenadores do Programa PET TRAMPOLIM de cada unidade;
- d) Estudo descritivo baseado na revisão bibliográfica sobre a legislação referente a pessoas com deficiência, tendo como parâmetros o recorte trabalho e a acessibilidade.

3.1 Aspectos históricos do Senac

O Senac foi fundado por meio de um Decreto na década 40, procurando atender a necessidade de preparar pessoas para as atividades de comércio de bens e serviços, com o objetivo e compromisso de educar em todo o território nacional.

No início, aos alunos cabiam a escolha de se preparar para o ensino superior (menores entre 14 e 18 anos) ou de cursar a educação profissional, oportunidades de aperfeiçoamento de adultos.

A partir de 1955, o Senac passou a oferecer ao mercado o ensino do Ginásio

Comercial para aprendizes, comerciários e dependentes de comerciários e, em 1959, teve início os cursos técnicos regulares de contabilidade, administração e secretariado.

Na década de 70, em virtude da Lei nº. 5.692/71, a qual generalizou a profissionalização no nível do ensino médio regular, antigo 2º grau, a imprensa passou atender outras áreas em desenvolvimento, sendo elas a econômica e a empresarial permitindo assim que todas as unidades do Senac se concentrasse na profissionalização independente do ensino regular.

Diante tal fato, o Senac investiu na educação profissional transformou seus cursos em qualificação profissional, bem como suas escolas em centros de formação profissional e posteriormente, em centros de desenvolvimento profissional, visando o atendimento às empresas em geral e à própria comunidade.

Nos anos 80, novas alterações foram realizadas na dinâmica da Instituição, com o intuito de acompanhar o mercado de trabalho, como também para preparar o brasileiro ao novo perfil exigido pelas corporações e na nova economia, pois nesse período, as crises econômicas provocaram grandes transformações no mercado de trabalho e alterações no perfil das ocupações dos diferentes setores da economia.

Mediante a crise econômica, a programação do Senac foi reavaliada e modificada e conjuntamente, teve início a expansão da rede física, que prosseguiu na década seguinte, com a implantação de unidades em bairros da Capital e em cidades do Interior do Estado, isso inclui a Unidade Bebedouro do Senac - São Paulo, unidade esta, que foi palco da criação do Programa Educação para o Trabalho Trampolim, no ano de 2009, com a missão de suprir uma necessidade da Apae de Bebedouro – São Paulo.

3.1.1 O Senac e o seu Compromisso Social

O Senac São Paulo, atualmente é considerado como referência em formação profissional de qualidade, pois está atualizado para o mundo do trabalho, visando novos nichos, aplicando a inovação tecnológica e empreendedorismo.

Em meados dos anos 90, a instituição acrescentou a meta de desenvolver pessoas, pois acreditava que elas deveriam ter a oportunidade não somente de aprender um ofício, mas gerar consciência cidadã e o desenvolvimento de competências, fundamentado em conhecimentos científicos e tecnológicos, aprendendo a conhecer, viver, conviver, agir e transformar sua vida e sua prática social, e a participar da sua comunidade com ampla participação do indivíduo considerando a história prévia do discente e o conhecimento e experiências acumuladas, antecipando desafios e oportunidades, e projetando uma visão de futuro, respeito mútuo e auto avaliativo.

De acordo com o relatório Jacques Delors, “*Educação – Um Tesouro a Descobrir*” (UNESCO, 1996), a educação será baseada, no século XXI, sobre quatro pilares fundamentais: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a conviver; aprender a ser. O relatório recomenda às instituições educativas que alterem seu rumo, no sentido de buscar alternativas e métodos que promovam, não somente o conhecimento técnico, mas que se articulem para favorecer a plenitude individual, despertando habilidades de relacionamento ético, humano e político, instrumentos que compõem a essência da cidadania e que são fundamentos de qualquer ação de desenvolvimento que se pretenda para toda vida, ou seja, que se insira em uma perspectiva de educação permanente.

Assim, conforme o contexto das inovações metodológicas introduzidas, prevaleceu a didática do “aprender a aprender”, voltada ao desenvolvimento da atitude de pesquisa e da capacidade de auto aperfeiçoamento por parte do corpo discente, visando sua instrumentalização para manejar conhecimento dinâmico avançando na contemporaneidade.

Na proposta pedagógica, a instituição define junto aos discentes seis princípios de qualidades, os quais nas seguintes áreas:

Educação: construção, disseminação e aplicação de conhecimento que favoreça o desenvolvimento de competências e autonomia, visando a educação de um cidadão ético e produtivo.

Responsabilidade social e ambiental: atuação efetiva no processo de transformação econômico-social, com uma atitude cidadã que contribua para o desenvolvimento sustentável das comunidades e do país.

Pessoas: investimento permanente em conhecimento e contínuo aprimoramento humano e profissional de colaboradores, clientes e organizações.

Gestão do conhecimento: aprimoramento contínuo dos processos de trabalho frente às mudanças no ambiente econômico, social, cultural e tecnológico.

Internacionalização: participação, sintonia e reciprocidade com o mercado globalizado.

Práticas avaliativas: avaliação sistemática da ação institucional, buscando referenciais de excelência internos e externos.

O referido rol de princípios consta nos documentos que permeiam a Missão, Visão e Valores que a instituição Senac tem como filosofia de sua empresa, bem como de sua Proposta Pedagógica e Regimento Interno, buscando fomentar uma sociedade desenvolvida e justa, com participação da sociedade para a sociedade alcançar desenvolvimento, inclusão e Cultura de Paz.

3.1.2 O Senac e as Pessoas com Deficiência

Diante de sua proposta pedagógica, o Senac São Paulo, acabou desenvolvendo o Programa Educação do Trabalho Trampolim, o qual busca capacitar pessoas com deficiência intelectual.

Tal programa surgiu na cidade de Bebedouro, no ano de 2009 (dois mil e nove), a partir de uma necessidade da Apae local que, buscando se enquadrar na legislação, ansiava criar uma parceria com uma Instituição de Ensino que promovesse capacitação profissional.

A unidade Bebedouro do Senac São Paulo, já oferecia um curso programa de qualificação profissional, denominado Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões; curso destinado à jovens de classes sociais desfavorecidas e com chances reduzidas para competir e ingressar no mundo do trabalho.

Tal programa visa suprir as carências educacionais e sociais, ampliando as possibilidades de inclusão, de geração de renda e de alcançar as competências, mediante práticas pedagógicas inovadoras, as quais estimulam o aluno a construir o conhecimento e a desenvolver competências.

A metodologia fomenta ações participativas, estruturadas na prática, baseadas em situações reais de trabalho, mediante estudos de caso, pesquisas, solução de problemas, projetos e outras estratégias, especialmente algumas apoiadas em recursos da tecnologia educacional.

Assim, a autonomia dos alunos na aprendizagem é fortalecida, a capacidade crítica, a criatividade e a iniciativa são desenvolvidas, por meio de simulação e reprodução da realidade profissional mediante ambientes reais de vida e trabalho, não escolares.

Nesta perspectiva, o educador é considerado como um criador de ambientes e situações para que o aluno atue e aprenda como protagonista do processo de aprendizagem. Ainda, o mesmo deve ser responsável por planejar, estimular a ação dos alunos, promover a reflexão, sintetizar, reformular, criticar e avaliar. Por estas e outras ações, organiza o trabalho educativo, como mediador e orientador.

De acordo com a proposta educacional da instituição a abordagem por competências soma-se às exigências do foco no aluno. Conseqüentemente, docentes e alunos são sujeitos da ação de ensinar e aprender. Unem-se em parceria na construção dos saberes, pela pesquisa e ensino, prática/ação e teoria/reflexão.

Com esta abordagem, o currículo exige o comprometimento do educador e do educando em atividades que possibilitem o exercício efetivo da competência a desenvolver. Implica no envolvimento em ações criativas e inovadoras no interior dos próprios ambientes em que serão requeridas.

3.2 O SENAC E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Ao longo da história, verifica-se que os portadores de toda e qualquer deficiência foram e ainda são objeto de exclusão social, isso decorre, minimamente, por conta da ignorância oriunda da falta de informação e conhecimento sobre este tema.

Até o fim da década dos anos 60, o referido advento perdurou para todas as pessoas com deficiência, ou seja, o que consistia era a segregação social, mascarada sob um olhar científico, assistencial, religioso ou cultural.

Ao bem da verdade, uma parte, talvez a maior, das pessoas tidas como

“normais” não queriam alterar seu cotidiano por conta das inevitáveis adaptações para se atender as necessidades da pessoa deficiente.

Após tal período, de acordo com Mrech, (1997) teve início a aceitação mediante o Princípio da Normalização, o qual visava tratar as pessoas deficientes de forma normal, surgiram vários movimentos em diferentes países, esse expediente veio construir o conceito de integração, cujo objetivo é trazer os tidos como “anormais” para uma convivência mais próxima dos tidos como “normais”.

Nesta época surgiram os centros de reabilitação, as clínicas especializadas e as escolas especiais, no entanto, faltava ainda o terceiro Paradigma vir à tona, o “Paradigma do Suporte”, fundamentado no direito a inclusão e no Princípio da Diversidade, sempre visando a convivência social comum.

As pessoas com deficiência ganhou força para alcançar seu espaço a partir da Resolução da ONU 2542/75, referente a Declaração Dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, que estabelece e afirma um compromisso de promover condições de progresso, desenvolvimento econômico e social em meio ao trabalho permanente para as pessoas. (ONU, 2005)

A participação do Senac, surge neste momento histórico, juntamente com a Declaração de Madri (Congresso Europeu de Pessoas com deficiência, 2002), a qual em seu preâmbulo traz as seguintes palavras:

“Todos os seres humanos são livres e iguais em dignidade e direitos”. Para alcançar este objectivo, todas as comunidades devem celebrar a sua diversidade intrínseca e devem assegurar que as pessoas com deficiência possam desfrutar integralmente dos direitos humanos: civis, políticos, sociais, económicos e culturais reconhecidos nas diversas Convenções Internacionais, no Tratado da União Europeia e nas constituições nacionais.

Referido compromisso também foi firmado pelo Brasil me diante a inserção na Constituição de tais preceitos, aliás, sob a perspectiva de garantia constitucional e cláusula pétrea, conforme Art. 5º:

Art.5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Neste mesmo ordenamento, no capítulo que trata da educação, também são disciplinadas as questões que instrumentalizam a concretização dos objetivos anteriormente citados, assim observe-se:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§1 O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos,

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação

§2° A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

O Brasil, encontrou na Instituição Senac Nacional, a parceria para garantir agora seus preceitos fundamentais referente as pessoas com deficiência, pois sua metodologia de educação inclusiva e acessibilidade, seja no que diz respeito a espaço físico, como

desenvolver as competências para que o acesso fosse garantido como vida social, rumo a uma sociedade inclusiva.

Desde então a Instituição ganhou nome no mercado com destaque para esta área de atuação, para auxiliar as pessoas com deficiência a se tornarem pessoas capacitadas para o mundo do trabalho, como narrado foi por Lopes Filho (2006):

Nós todos somos a sociedade e as várias comunidades que a compõem são partes diferentes entre si, mas que foram levadas em consideração as necessidades de todos que delas fazem parte.

Para o Senac a atenção às questões pertinentes à acessibilidade compõe a pauta de suas preocupações, isso porque é por meio dela que se pode garantir a inclusão, conforme as palavras de Damasceno (2006):

Desenvolver recursos de acessibilidade também pode combater (esses) preconceitos, pois, no momento em que lhe são dadas as condições para interagir e aprender, explicando o seu pensamento, o indivíduo com deficiência mais facilmente será tratado como um “diferente igual”, ou seja, “diferente” por sua condição de portador de necessidades especial, mas ao mesmo tempo “igual” por interagir, relacionar-se e competir em seu meio com recursos mais poderosos proporcionados pelas adaptações de acessibilidade que dispõe.

Nesta condição de diferentes estão os deficientes intelectuais que, por ignorância, comodidade e omissão, ficam excluídos da sociedade e, com isso, tem a sua garantia constitucional de direito à dignidade lograda.

E, diante deste contexto, surge o Senac disponibilizando seus cursos de capacitação profissional a todos indistintamente, mas dando especial atenção aos socialmente excluídos, dentre eles as pessoas com deficiência intelectual.

Diante de sua política institucional, o Senac partindo de um curso que já possuía procurou se adequar às necessidades mercadológicas criando oportunidades para as pessoas com deficiência se integrarem sócio e profissionalmente.

3.2.1 O Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões

O Programa Educação para o Trabalho Novas Conexões tem como objetivo contribuir para a inclusão de jovens socialmente desfavorecidos, por meio do desenvolvimento de competências que ampliem as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, geração de renda e participação na sociedade. (Senac SP, 2010, p.5).

Possuindo duração de 330 horas, este é destinado aos os jovens com 14 e 21 anos que devem estar cursando o 7º ano do Ensino Fundamental ou ainda, estudarem ou serem egressos de instituições públicas de ensino e/ou de programas de Educação de Jovens e Adultos, sendo também considerado com critério para a inclusão a baixa renda familiar.

A estrutura da empresa e a metodologia baseada no princípio do “aprender a aprender” (UNESCO, 1996), ou seja, um dos quatro pilares da educação recomendados no relatório Jacques Delors, este método contribui para a construção do conhecimento e do protagonismo do jovem no processo educacional, ou seja desenvolver o indivíduo com autonomia que sabe lidar com suas deficiências.

Em minhas observações, conclui que o Programa tem como escopo enfatizar a participação social ativa, a autonomia de forma sustentável e empreendedora, criando conexões como possibilidade de inserção na sociedade e no mundo do trabalho.

Busca desenvolver competências pessoais e profissionais que possibilitem novas oportunidades sócio profissional.

Segundo o, Plano de Curso do Programa Educação para o Trabalho – Novas Conexões, (Senac, 2010/2011, versão 2. p. 9), o mesmo está alicerçado em seis grandes pilares, também chamados de bases, descritas abaixo:

O desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o mundo do trabalho, este instrumental consiste em fazer com que o discente se reconheça perante ao mundo do trabalho, ou seja, saber qual posição profissional gostaria de ter, e o que fazer para alcançá-lo;

a tecnologia como ferramenta de trabalho, atualmente não temos como pensar em trabalho sem saber manusear um computador, um sistema operacional interno, mas apesar que quando pensamos em tecnologia pensamos logo em informática, não podemos esquecer que tecnologia e utilizar ideias/frutos da ciência como alternativas para facilitar nosso dia a dia, desde uma simples caneta a um softer desenvolvido especialmente para uma determinada empresa;

a participação social e política; para abordar este tema o curso apresenta de maneira transversal situações que estimulem analisar ao seu redor, dentro de

seu bairro, cidade, e sua posição perante estas situações comuns como atuar qual sua porcentagem de obrigações e direitos;

Metodologia de redes; nesta metodologia a ideia é fazer com que o discente consiga se unir em sociedade para alcançar um bem maior coletivamente criando o habito de auxilio mutuo e desenvolvimento local;

Cultura empreendedora- com este instrumental o discente terá oportunidade de pensar e criar planejamentos estratégicos, visão de futuro e análise de mercado para verificar se determinada teria sucesso ou não no mundo do trabalho vigente;

Pensamento sistêmico- Juntamente com os demais temas abordados poderão fazer um estudo analógico novos nichos e com sucessos e fracassos no mundo pois com este globalizado o efeito é imediato e com realidades de efeito dominó.

Os temas são abordados de forma diferenciada, e conta atualmente com a organização curricular, conforme apresentado no Quadro 1:

QUADRO 1 – Organização Curricular do Programa Educação para o Trabalho - Senac SP		
Eixo de Integração	Instrumentais	Carga Horária
Plano de Ação na Comunidade	Desenvolvimento Humano	24 horas
Plano Profissional ou Plano de Negócios	Desenvolvimento Pessoal	27 horas
	Comunicação	27 horas
Tecnologia	Atitude Empreendedora	27 horas

Blog		30 horas
Redes Sociais e Desenvolvimento Local	Sistemas e Processos Organizacionais	30 horas
Política e Democracia		
Cultura Empreendedora Pensamento Sistêmico	Excelência no Atendimento e Relacionamento com o Cliente	
Carga horária 135 horas		Carga horária 195 horas
Carga Horária do Programa 330 horas		

Fonte: Plano de Curso do Programa Educação para o Trabalho, Fevereiro/2011, v2.

Ao final do Programa os participantes deverão entregar 3 planos:

- I - Plano de Ação na Comunidade;
- II - Plano Profissional ou Plano de Negócio; e
- III - Criação de um Blog.

Durante o desenvolvimento do programa ocorre ainda o planejamento e execução de dois Fóruns: Fórum Profissional e Fórum Social com o intuito de criar um espaço democrático de compartilhamento de ideias e saberes, que possibilita a discussão, articulação e planejamento coletivo de ações relacionadas a um determinado tema.

Colocando em prática as competências desenvolvidas durante o Programa, resultando numa maior segurança para atuação profissional futura e ampliando os conhecimentos relacionados aos temas desenvolvidos destacando-se a importância da interação com diferentes profissionais e atores sociais.

Durante o curso acontecem outras atividades extras, como por exemplo: atividades culturais e encontros com os pais, visando uma maior interação com o meio sócio cultural para agregar conhecimento e participação da família para garantia de continuidade.

Os principais resultados registrados pelos jovens são os que estão nos aspectos relacionados à autoestima, autoconfiança, iniciativa e perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional.

O Programa vem contribuindo com a valorização da educação pelos jovens. O Programa “mexe” nos relacionamentos familiares e de amizades, tornando-os mais cooperativos, interativos e harmoniosos, contribuindo para mudanças efetivas e duradouras para a vida dos jovens participantes.

Os Instrumentais, como são chamados os módulos, têm como objetivo desenvolver competências que visem agregar conhecimentos, habilidades e valores desejáveis ao perfil profissional e pessoal dos discentes, agregando atividade práticas, visuais, auditivas e sinestésicas.

A avaliação no Programa são efetuadas após a conclusão das atividades, tendo como finalidade a participação, o desempenho individual e coletivo, o comportamento, liderança, trabalho em equipe entre outros quesitos de avaliação.

O instrumental de Desenvolvimento Humano incentiva o discente a pensar em desenvolvimento local e em metodologia de redes ferramentas alternativas para a organização participativa do trabalho e da sociedade, presente em todo desenvolvimento do Programa.

Abrangência: poderá ser desenvolvido diretamente nas comunidades. Benefícios agregados: além dos jovens, envolve famílias, empresas, agentes da comunidade. Contribui com o desenvolvimento local, descobrindo novos atores.

Faz mister ressaltar que além de uma metodologia diferenciada, de avaliações constantes de feedbacks aos discentes, a paixão pela docência e a preocupação com os jovens é o fator transformador e fator que leva este curso ao sucesso, por isto este foi o formato escolhido para ser a base do Programa Educação para o Trabalho – Trampolim, digo isto pois trabalhei como docente no Programa Educação para o Trabalho que inspirou o Programa educação para o Trabalho Trampolim.

3.2.2 O Programa Educação para o Trabalho Trampolim

O Programa Educação para o Trabalho – Trampolim, possui como sua base o Programa Educação para o Trabalho – Novas Conexões (2006 e 2008), e surgiu em 2009 com o objetivo de contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e em situação de vulnerabilidade social, ampliando sua capacidade de gerir a própria vida e de se relacionar, a fim de favorecer a convivência, a geração de renda e a inserção no mundo do trabalho e a inclusão social.

A metodologia do “aprender a aprender”, tem a proposta de desenvolver jovens cidadãos autônomos e críticos, estimulando-os para a realização de mudanças significativas em suas vidas e favorecer o autoconhecimento, percebendo-se como dono da própria vida para tomar decisões com autonomia.

Reconhecendo a própria capacidade de produzir e realizar trabalhos com boa qualidade, ao deficiente é viabilizado seu posicionamento empreendedor, enfatizando valores sociais, princípios de cidadania e de sustentabilidade.

Assim, podem eles se posicionarem nos diferentes ambientes, de modo a perceber as particularidades e os comportamentos próprios de cada situação social, mediante o desenvolvimento da capacidade de se comunicar e agir com autonomia por meio do estímulo ao letramento.

Em conformidade ao Plano de Curso Formação Inicial e Continuada, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Senac, do Curso Programa Educação para o Trabalho – Trampolim, Versão 3 – Fevereiro/2012, o egresso terá ampliado a capacidade de gestão do trabalho e da vida, de estabelecer relações nos diferentes ambientes, favorecendo o convívio social e a tomada de decisões de maneira mais segura e autônoma.

Concluído o Programa, aos alunos compete superar os desafios inerentes ao cotidiano mediante a realização de ações de forma independente, a fim de ampliar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, imprimirá qualidade nos trabalhos produzidos, numa atitude empreendedora e sustentável que aumente as possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e de geração de renda.

Agir com autonomia, Adquirir confiança para expressar-se, por meio do estímulo ao letramento e da construção de opiniões críticas que considerem também os

comportamentos esperados em cada ambiente, para fortalecer o sentimento de pertencimento.

Da última edição, 2008, derivou-se em 2009 o Programa Educação para o Trabalho – Trampolim, que teve suas competências e estratégias de aprendizagem adaptadas para atender às necessidades do público-alvo (pessoas com deficiência intelectual).

Essa versão, resultado de uma parceria entre a unidade do Senac Bebedouro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), é voltada para um público constituído por jovens e adultos com deficiência intelectual, alfabetizados ou não e preferencialmente em situação de vulnerabilidade social. A unidade desenvolveu uma turma piloto, atendendo a um público de 30 jovens e adultos oriundos da APAE.

Observou-se um crescente interesse da rede pela proposta e em 2011, o Programa foi incorporado no Catálogo de Cursos do Senac e outras unidades passaram a desenvolver turmas.

A inclusão é um processo complexo e relativamente novo na educação brasileira. Muito se tem discutido sobre o assunto na tentativa de buscar alternativas para fazer a diferença na vida dessas pessoas.

É importante que todos os educadores estejam disponíveis ao debate e atualizados com as questões relacionadas às práticas de educação, políticas públicas, acolhimento e acessibilidade para oferecer uma educação de qualidade.

A Organização curricular do PET Trampolim, para atender as necessidades especiais dos discentes que possuem deficiência intelectual, teve sua carga horária alterada, ela foi acrescida para 550 horas, além de acrescentar o instrumental Letramento:

Integração 120 h	Tecnologia e Letramento 220 h	Instrumentais 210 h	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de ação na comunidade ▪ Plano profissional ▪ Redes sociais ▪ Noções de ética, cidadania e sustentabilidade ▪ Atitude empreendedora ▪ Qualidade profissional ▪ Autonomia, tomada de decisões e gestão da própria vida 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Letramento e situações cotidianas ▪ Comunicação e ferramentas eletrônicas ▪ Comunicação verbal e iconográfica ▪ Autonomia frente à utilização dos recursos tecnológicos ▪ Projeto coletivo 	Desenvolvimento humano	30h
		Desenvolvimento pessoal	30h
		Comunicação	30h
		Atitude empreendedora	30h
		Sistemas e processos organizacionais	30h
		Atendimento ao cliente	30h
		Visitas técnicas	30h
Carga horária do Programa – 550 horas			

Fonte: Plano de curso formação inicial e continuada. Modalidade Capacitação. Programa Educação para o trabalho – Trampolim. Ficha técnica 4311. Novembro de 2011.

O Letramento foi incluído com a finalidade de garantir maior segurança para o discente no trabalho, pois ele desenvolverá o uso do letramento em situações do cotidiano, calendários, identificação de cores, sinalizações, reconhecimento dos números, leitura de horas, realização de compras, uso da calculadora, repertório de palavras e imagens, identificação de imagens como representação de ideias e sentimentos; aproximação com as palavras escritas; interpretação mediada de textos, e outras técnicas e podem se desenvolver pelo domínio do ler e escrever.

O pré-requisito de se ter, no mínimo, 16 anos de idade, decorre da autonomia para lidar com suas necessidades básicas de asseio e para frequentar as aulas.

Vínculo com instituições especializadas em deficiência intelectual.

Entre as premissas para a oferta está a de estabelecer parceria com organização especializada no trabalho com pessoas com deficiência intelectual, devido às particularidades desse atendimento.

A organização parceira deve se comprometer com o trabalho, a fim de dar suporte ao SENAC: capacitar os discentes que ainda não possuem autonomia para locomoção (chegar ao SENAC e voltar para casa); tornar o ambiente do SENAC mais familiar possível, promovendo visitas antes mesmo do início das aulas; sensibilizar a família quanto à importância do programa para o aluno etc.

A participação dos familiares ou responsáveis especialmente no que se refere ao desenvolvimento da autonomia dos jovens é uma regra, assim como sua possível inserção no mundo do trabalho.

Destaca-se que todos os profissionais da unidade são preparados para acolhimento dos alunos, por meio do encaminhamento da equipe de educadores para os repasses e encontros pedagógicos do PET Novas Conexões e PET Trampolim, aliás, é adotada a dupla docência integral

Cada jovem possui uma ficha individual, a qual contém os dados principais do jovem como os contatos dos responsáveis, contatos para os casos de emergência, assim como informações sobre a situação de saúde, cuidados básicos e pontos de atenção que podem ser próprios da deficiência intelectual.

Quanto aos medicamentos utilizados pelos alunos, também são observadas as possíveis reações colaterais, ou se estes costumam ter algum tipo de crise para maior segurança e conforto, assim como, também atenta-se à alimentação e suas especificidades.

A formação de turma segue as orientações da frente de ofertas e da política Senac de concessão de bolsas de estudos, tendo o número de participantes em vinte participantes por turma.

As orientações metodológicas estabelecem que seja adotada no Programa Educação para o Trabalho – Trampolim, a exemplo do *Programa para o Trabalho – Novas Conexões*, ações participativas e autônomas – a construção do conhecimento e o protagonismo do jovem no seu processo educacional – com foco no aprender a aprender, como forma de desenvolver competências pessoais e profissionais que garantam a formação global do participante e ampliem suas possibilidades de inserção social e profissional.

A arquitetura das aulas é centrada na ação e na reflexão crítica, considerando o repertório de cada participante e estabelecendo conexões com as diversas informações, de modo a integrar esses elementos na construção de novos saberes.

Explora ao máximo o potencial pedagógico e as possibilidades educacionais das atividades, priorizando, assim, o aprofundamento à diversidade de estratégias, sempre articuladas pelos projetos individuais e coletivos em construção.

Retomando a questão da dupla docência, tal expediente decorre das características do público a ser atendido e das competências a serem desenvolvidas, é fundamental que as aulas sejam planejadas e ministradas em regime de dupla docência. Sugere-se que a dupla defina os papéis de cada um durante o processo de aprendizagem, alternando-se conforme o tema que está sendo desenvolvido.

Desse modo, enquanto um docente faz a mediação do tema, ou explica uma atividade, o outro acompanha um a um os participantes, apoiando-os nas dificuldades que possam surgir.

Antes de iniciar o curso, a equipe docente e o coordenador reúnem-se para discutir o planejamento das aulas que serão ministradas, de modo a traçar um plano coletivo de trabalho docente.

Referido plano também tem por objetivo desencadear um processo de discussão e compreensão da proposta do programa pela equipe que o desenvolverá – técnicos/coordenadores e docentes.

Isso dará subsídios para a elaboração do cronograma de atividades e planos de aulas, a fim de garantir um trabalho integrado, prevendo atividades com foco no desenvolvimento das competências pretendidas.

3.3 OS EGRESSOS DO O PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO TRAMPOLIM

O município de Bebedouro foi a primeira cidade a ter o programa implantado, a necessidade nasceu nesta cidade como antes fora narrado.

Segundo o Censo IBGE (2010), Bebedouro possui 868 pessoas com deficiência intelectual/mental, além destes a Apae atende a região, Pitangueiras (562 pessoas DI), Colina (191 pessoas DI), Pirangi (119 pessoas DI) Taiaçu (46 pessoas DI), Taiúva (36 pessoas DI), Viradouro (194 pessoas DI), Monte Azul Paulista (240 pessoas DI), no período observado somente a cidade de Bebedouro e Pitangueiras participavam do curso.

São José do Rio Preto possui 4678 pessoas com deficiência intelectual/mental e acontece um pouco diferente com esta cidade pois sua região é bem maior, ora

composta por: Bady Bassitti (142 pessoas), Paulo de Faria, Orindiúva, Palestina, Icém, Nova Granada, Tanabi.

Feito isso, passa-se à apreciação do referida pesquisa sob o aspecto de cada unidade do Senac aqui observada, que compõe regiões distintas.

3.3.1 Município de Bebedouro

Em análise aos discentes do Município de Bebedouro, importante se faz esclarecer que foram entrevistados cinco discentes participantes do curso de maneira aleatória.

Entre os grandes desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência e seus familiares podemos afirmar que os excessos praticados ou os excessos em não deixá-los praticar algo, por conta da preocupação em protegê-los é fato constante nas histórias.

Em tempos idos acreditava-se que a deficiência se tratava de um castigo divino, por conta disso, o sentimento de culpa assolava os familiares que por conta disso acabava enclausurando-os.

Tal reclusão decorria de uma superproteção, bem como, em alguns casos, derivava do preconceito, vergonha e ignorância, especialmente, por não saberem como lidar com a situação.

Ressalta-se que, tais problemas não foram enfrentados pelos docentes do Senac, unidade Bebedouro, isso porque a Apae local adota uma postura proativa, ou seja, busca fomentar a maior independência possível às pessoas com deficiência.

Prova disso é que, a Apae buscou o auxílio do Senac para suprir uma necessidade da qual ela não possuía mão-de-obra qualificada, conforme a descrição do vídeo:

Apae de Bebedouro e o Senac São Paulo promovem a inserção do jovem com deficiência intelectual no mercado de trabalho é o PET Trampolim.

O Programa Educação para o Trabalho todos já conhecem, criado há 12 anos pelo Senac, ele qualifica jovens de baixa renda para que eles possam ingressar no mercado de forma cidadã e empreendedora.

Até hoje, 35 mil alunos, já foram certificados, número que agora ganham o reforço de uma turma muito especial, a primeira que reúne pessoas com deficiência intelectual.

Rene Pelissari – aluno do Trampolim “Em um curso desses é a porta que se abre pro trabalho”.

Não é à toa que essa ação inovadora chama PET Trampolim trata-se de um grande salto para esse grupo social e de uma conquista para o Senac São Paulo e Apae de Bebedouro.

Afinal, durante 9 meses, as duas entidades se reuniram para adaptar o curso que ao invés de 330 horas passa a ter 550 horas, por conta do novo módulo de Informática e Letramento, ele foi criado especialmente para os alunos que não sabem ler e nem escrever, no caso a maioria deles.

Mari Ângela Paiva de Almeida - Diretora Técnica da Apae de Bebedouro- “O que a gente esperava deles já ta acontecendo, eles estão com postura de um jovem em condições de aprender como funciona o mercado de trabalho.

É por isso que Bebedouro prestigia o lançamento oficial do Pet Trampolim, poder público, iniciativa privada e terceiro setor, se apresentam para reafirmar a importância da inclusão do portador de deficiência na sociedade.

Fabiano Botamedi – Diretor do departamento municipal de Educação e Cultura de Bebedouro “...é uma atitude empreendedora, uma atitude inovadora, pioneira...”

Felicia de Souza Areias – Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Bebedouro “Vou ajudar o máximo que eu posso pra que isso tudo de muito certo...”

Vale destacar o depoimento da empresária Marcia Iquegami, proprietária de uma rede de supermercados, ela fala sobre a experiência positiva de integrar ex estudantes da Apae e da contratação de alunos do PET Trampolim.

Marcia Iquegami- empresária “Na empresa na verdade, eles estão desenvolvendo funções as quais a gente passa pra eles, nós ensinamos, e aqui, além de tudo isso eles vão ter acesso a muitas outras informações que nós não podemos passar pra eles lá.”

Essa confiança redobrada se explica com uma rápida ida ao supermercado Iquegami, aqui encontramos a Micheli no pacote, o Danilo no hortifrúti, e a Emanuela na padaria.

Danilo Sartori – aluno “o mais importante, fica mais alegre, contente...”

Além de satisfeito, a Emanuela que já foi empacotadora, também está orgulhosa e tem motivo para isso.

Emanuela Ribeiro – aluna “Que eu fui a primeira a subir de cargo, mostrando ao mundo que eu tenho valor que eu consegui.

As entrevistas foram efetuadas por meio de história oral, uma vez que o tema é contemporâneo e tem a intenção de mostrar o que realmente foi vivido nos resultados e de acordo com Albert:

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989: 4).

Perguntado aos discentes, como ele se sentia antes de fazer o curso, as respostas foram:

Discente B1 – “...ainda sou tímido, mas o Trampolim me entendia, porque eu dou risada bastante entendeu, eu sou alegre e isso é muito importante.”

Discente B2 – “A gente né, só ia até a (parte retirada), de perua da Prefeitura, não ia em um monte de lugares, então era paradinho, não era bom, era meio chato”.

Discente B3 – “Sempre fui muito feliz, sempre tive amigos, minha família sempre junto, mas sei lá as pessoas não acreditavam em mim, hoje posso falar pra todo mundo que eu consegui vencer e até subi de cargo em menos de um ano, antes eu trabalhava na seção empacotando os produtos e hoje eu trabalho na padaria”.

Discente B4 – “Normal, mas não tinha muita coisa, era da igreja para casa.”

Discente B5 – “Bem, sou uma pessoa com muitos amigos, inclusive sou amigo do segurança lá do Senac.”

Perguntados a respeito de como ficaram sabendo do curso e quem os matriculou, responderam:

Discente B1 – “Fui pego de surpresa, eu nem estava sabendo... eu não estava preparado...foi no último minuto do segundo tempo que me chamou. Não era pra me chamar, mas daí (parte retirada) fez a proposta e eu aceitei.”

Discente B2 – “Foi lá na (associação - parte retirada) né, eles é que inscreveram a gente.”

Discente B3 – “Foi na (associação - parte retirada), graças a Deus me deram esta oportunidade.”

Discente B4 – “Foi na (associação - parte retirada). Avisaram minha mãe, ai ela me levou até lá pra conhecer o Senac.”

Discente B5 – “Foi na (associação - parte retirada), minha mãe me contou, me perguntaram e eu achei legal.”

Perguntado sobre como se sente depois de ter concluído o curso, se houve algo que não gostou no curso e ainda a respeito de uma sugestão que ele daria para melhorá-lo as respostas foram:

Discente B1 – “No curso as vezes eu tinha que ficar esperando, tinha que ser mais rápido, as vezes demorava porque tinha gente muito devagar; Pra ficar mais rápido, diminuir o tempo das atividades”

Discente B2 – “Gostei de tudo, sinto falta dos meus amigos do Senac, os professores, os meus amigos que estudavam lá também em outros cursos, mas no mesmo horário Eu queria que tivesse outro curso. Porque assim, agora tá triste né... só fico em casa, ninguém vem me visitar. Agora eu só tenho a minha família e a (associação - parte retirada).

Discente B3 – Meus amigos não saíram de lá como eu para um trabalho, ai só alguns conseguiram, venceram, mas todos que estavam lá mereciam nós tentamos fazer todas as atividades juntos, então eu queria que todos trabalhassem também; Que a gente saísse do Senac com um trabalho.

Discente B4 – Que acabou. To triste sabia? Dá vontade de ir lá todo dia, mas sei que não posso porque as professoras estão com outras pessoas, ensinando também como ensinou pra todos nós; Ter novos curso pra mim, parecido com esse, continuando com outros assuntos.”

Discente B5 – “Ah! Tinha um aluno lá, que a gente as vezes não se dava bem, porque ele gostava da mesma pessoa que eu. Teve uma vez que eu até chamei a polícia pra

ir até lá no Senac, a polícia foi, e eu contei tudo, daí a polícia chamou o cara e falou pra ele. A polícia também falou pra mim, que eu tinha que deixar a (namorada - parte retirada) escolher se queria ficar comigo ou com o (colega de turma - parte retirada). Eu tinha o telefone da polícia porque eu já conhecia eles da “boate”, são meus amigos; ...Ah! Nada gostei do curso, menos do (parte retirada) ele não tinha respeito pelo meu namoro.”

Perguntados: o que eles haviam aprendido com o curso Pet Trampolim e como se sentiam como egressos, obtive as seguintes respostas:

Discente B1 – “Foi um desafio, eu não estava preparado para começar, porque eu não sabia onde era o Senac, eu era caseiro, gostava de ficar em casa e não gostava de sair muito pra rua, esse é meu estilo. Eu conheci os amigos né mas alguns já conhecia, os professores todos a mais de oito anos. Alguns da (associação - parte retirada) também e até hoje a gente se vê por ai... Eu aprendi né, que quando o chefe diz algo nem sempre ele quer dizer aquilo. Teve uma vez que o chefe me apresentou na empresa e falou bonito de mim, que eu era da família. Ele falou que todos deveriam me respeitar, me ajudar e que tudo o que era dele também era meu, porque ali todos nós, a gente era família. Depois mostrou tudo né, até a cozinha com a geladeira. As vezes eu abria a geladeira e via um bombom, ou um leite e pegava. Achei que tudo que estava ali era pra todos, ninguém me falou que eu tinha que levar, só falaram que era nosso, mas as pessoas é que levavam as coisas, hoje eu levo também.

Discente B2 – “Lá na (associação - parte retirada) eu fazia várias coisas, mas eles explicavam diferente como fazia as coisas, os artesanatos, lá no Senac, eu aprendi que para trabalhar eu tenho regras, mas também tenho direito, Eu posso ir sozinho lá no centro fazer compras, ter meu dinheiro, só que tenho que tomar cuidado, preciso sempre treinar antes e perguntar sempre para as pessoas que eu conheço, ou em casa, ou na (associação - parte retirada), ou no Senac ou pros meu chefes. Lá no curso a gente foi em um monte de lugar, na Câmara Municipal, eu até sentei na cadeira do presidente da Câmara e ele disse que o voto era importante, e como a gente sabe

ler e escrever a gente também é cidadão; teve ainda a visita as empresas que querem nos contratar, Supermercados, Pernambucanas, Casas Bahia, eu conheci os Bancos que cuida do nosso rico dinheirinho (risos) e eu mesmo posso sacar lá no caixa.

Discente B3 – Várias coisas, a gente tinha dinâmicas, trabalhos em grupo imaginando como a gente deveria fazer no trabalho, visitas de profissionais que contavam suas histórias, tinha também visitas nas empresas da cidade.

Discente B4 – Aprendi que gosto de fazer cursos, porque gosto de estudar e quero trabalhar. Gosto das atividades do curso, por exemplo, dos jogos e de ler. Gosto dos amigos, do funcionário (parte retirada) e das professoras;

Discente B5 - Aprendi várias lições sobre o trabalho e sobre a sustentabilidade, nós fizemos uma exposição.

Eu me sinto bem né porque estou aqui trabalhando na Pernambucanas, as pessoas são legais, me respeitam, no final de ano a gente ganha o dobro de salário sabia? Troquei até meu celular. Ah! Também gosto de viajar então vou ter férias também quero ir pra praia.

Falamos ainda a respeito do LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), se eles conheciam, recebiam ou não o benefício e obtive as respostas:

Discente B1 – “Eu recebia pra ajudar em casa, mas hoje eu trabalho e ganho muito mais, vou até conseguir minha casa, as pessoas me respeitam e eu gosto dos meus amigos do trabalho.”

Discente B2 – “É o benefício do Governo? Recebo sim, minha mãe tomava conta agora eu sei sozinha tomar conta, vou ao banco saca o dinheiro, mas é pouco, bem que podia ser mais né? eu compro comida para todos nós em casa.”

Discente B3 – “Não recebo. Era difícil e minha mãe não chegou receber pra mim.”

Discente B4 – “Sim eu recebo o benefício, meu irmão junta com o dinheiro dele pra comprar coisas pra nossa família.”

Discente B5 – “Não oh! Eu trabalho ganho mais que o dobro, não preciso de benefício.”

Quando perguntados se eles já tinham trabalhado antes de cursarem o Pet Trampolim, se estavam trabalhando agora que são egressos e, se procuraram emprego, suas respostas foram:

Discente B1 – “Trabalho, não só depois do Trampolim, esse é meu primeiro, e vou crescer muito na empresa; Trabalho sim no (empresa parte retirada), auxílio na manutenção das salas.”

Discente B2 – “Não; Não. Porque minha mãe disse que ainda não posso, que ela tem que cuidar de mim.”

Discente B3 – “Não trabalhava, mas sempre quis muito; Sim, aqui no Supermercado (parte retirada). É ótimo todo mundo é legal. Eu chego de manhã e lá atrás já tem pão quentinho recheado pra gente poder comer e trabalhar bem forte. É uma delícia. Um dia vou ser gerente, e se não for nesta loja, vai ser na outra que a (parte retirada) vai abrir, por isso preciso me preparar.”

Discente B4 – “Não; Não estou trabalhando. Não posso porque senão eu perco o benefício.”

Discente B5 – “Já eu ajudava meu tio no escritório dele. As pessoas do escritório viviam pra lá e pra cá, tomavam muito café, mas eu não tinha muito contato com eles, meu tio é que me mandava fazer as coisas. Eu tirava copias, carimbava os papéis que meu tio pedia e não era pouco não, vixi! Um dia fiquei uma tarde inteira tirando cópia, mas tive que parar porque comecei o curso no Senac; Eu trabalho (parte retirada), gosto muito, eu ajudo no vestiário e a repor as gôndolas.”

Por fim, perguntei a eles o que eles gostariam de acrescentar para finalizar a entrevista:

Discente B1 – “Não. Acho que não, mas gostei muito, mas as coisas não foram fáceis, mas eu aprendi que eu posso mais.”

Discente B2 – “Vou falar do meu sonho sabe, quero trabalhar para ganhar dinheiro, pode ser fazendo bolo. Eu lembro que antes de entrar no Trampolim eu não era boa em ler e escrever, falar baixo, prestar atenção e a se comportar para trabalhar, foi muito importante pra mim. É legal aprender a ler, a escrever para arrumar um emprego, que é o meu sonho, trabalhar certinho, ter o meu dinheiro quero casar também e comprar uma casa.”

Discente B3 – “Todo mundo pode ganhar e ter respeito, não precisa ficar escondido em casa, eu posso fazer as coisas, a gente tem que estudar, estudar até aprender.”

Discente B4 – “Meu sonho é montar uma banda, eu já toco na igreja e em casa. No Senac nunca sofri preconceito, e espero que não sofra mais em nenhum lugar.

Todos nós podemos fazer um mundo melhor, talvez a gente é que não quer.”

Discente B5 – “Agora que eu trabalho na (parte retirada), eu fiquei tranquilo, maduro, tô feliz porque vou ter férias, uma ótima qualidade de vida, com muitas tarefas e educação com os clientes e amigos.”

3.3.2 São José do Rio Preto

Nas entrevistas efetuadas com os discentes do município de São José do Rio Preto, agi da mesma forma, ou seja, os discentes foram escolhidos de maneira aleatória e foram feitas as mesmas perguntas que seguem abaixo:

Perguntado aos discentes, como ele se sentia antes de fazer o curso, as respostas foram:

Discente RP1 - “Eu ficava indo de escola pra escola, eles ligavam para os meus pais e eles me buscavam e depois eu ficava uns dias em casa e só de pois ia pra outra escola”.

Discente RP2 – “Desanimado, era sempre tudo igual e eu tinha vergonha das pessoas descobrirem que eu estava lá, não gostava de falar pra ninguém.”

Discente RP3 – “Eu sofri um acidente, fiquei muito tempo sem poder estudar só em casa não me lembro de muita coisa. Eu tive um problema e estou reaprendendo,

demoro pra gravar as coisas. Eu ficava muito só e isso é triste, me encontrei com essa turminha aqui.”

Discente RP4 – “Bem, sou muito feliz.”

Discente RP5 – “Quando entrei na (parte retirada) e conheci a (parte retirada), fiz uma amiga, depois quando entrei no Senac, conheci a (parte retirada), quando fui morar com meus tios, sempre com amigos assim eu sempre estou feliz sou muito querido e feliz!”

Perguntados a respeito de como ficaram sabendo do curso e quem os matriculou, responderam:

Discente RP1 – “Avisaram lá na (parte retirada) pra quem quisesse, ai eu quis né, todo mundo quis aqui no Senac é outro mundo.”

Discente RP2 – “Foi na Associação (parte retirada) mesmo, teve uma reunião para avisar quem quisesse ia poder entrar no Senac.”

Discente RP3 – “Meus pais ficaram sabendo pela divulgação feita na TV TEM, e me levaram pro Senac”.

Discente RP4 – “Na (parte retirada), fui eu e minha mãe avisada do curso.”

Discente RP5 – “Moro com meus tios, e lá na (Associação parte retirada) avisaram minha tia da vaga”.

Sobre como se sente depois de ter concluído o curso, se houve algo que não gostou no curso e ainda a respeito de uma sugestão que ele daria para melhora-lo as respostas foram:

Discente RP1 – “Da nossa camiseta, ela tem a logo marca da (parte retirada), agente não gosta, as pessoas na rua olha a gente e fica sabendo que a gente era de lá, a gente tentou tirar mais as professoras não deixaram; Nada tudo era ótimo.”

Discente RP2 – “Do fim. Não sei. Pra mim estava tudo bom, mas acabou”.

Discente RP3 – “O curso foi ótimo, o problema é a cidade que ainda não deu chance pra gente; Campanhas para que as pessoas deixem a gente trabalhar e ser feliz, até dentro de casa as pessoas não entendem.”

Discente RP4 – “Não sei; Começar de novo, com outros temas”.

Discente RP5 – “Eu gostei de tudo; Nenhuma gostei de tudo.”

Em relação a pergunta: o que eles haviam aprendido com o curso Pet Trampolim e como se sentiam como egressos, obtive as seguintes respostas:

Discente RP1 – “Eu aprendi tudo, que tenho que ficar quieto, a aprendi a ler e escrever, a assistir filme junto com os amigos; Eu aprendi muita coisa muito importante e que

—
quero compartilhar com as pessoas: que eu já sou um homem e não uma criança como quando eu nasci”.

Discente RP2 “Aprendi a comunicar, aprendi que eu posso conseguir as coisas se eu sonhar e depois tenho que fazer planos pra conseguir meu sonho, pra ele se realizar; Eu sinto como se eu tivesse passado no céu. Meu sonho é ser vendedor de carros, hoje tenho muitos amigos para jogar bola. No Pet Trampolim eu aprendi ir para o mercado de trabalho para ser alguém na vida”.

Discente RP3 – “Aprendi a aprender novamente, a me incluir, não ter vergonha de ser feliz, conheço minhas limitações, mas não perco a fé nem o respeito só quero de novo ter um espaço na sociedade; Gostei muito do curso porque aprendi a trabalhar, fiz novos amigos aqui no Senac, onde eu vou lembrar sempre deles na minha vida, agradeço meu pai e minha mãe por me colocar no curso do Senac. Gosto dos professores e funcionários do Senac que me dão a oportunidade estudar”.

Discente RP4 – “Um montão de coisa!!!! Nem sei por onde começar, as professoras são muito boas, os funcionários são todos meus amigos, tem um monte de matéria pra gente aprender a trabalhar e se desenvolver; Estou ótima me sinto linda, preparada para enfrentar os preconceitos e trabalhar. Ah! Eu também queria ser bombeira, trabalhar salvando pessoas, porque aqui em Rio Preto, chove muito e as pessoas precisam da ajuda dos Bombeiros, eu também quero ajudar”.

Discente RP5 – “Uma coisa que aprendi, e acho importante e quero compartilhar com as pessoas é que é importante fazer amizades, dividir as coisas com os colegas, fazer silêncio durante as aulas, e é importante o carinho, ter respeito e educação com as pessoas; Muito feliz. Quando fomos andar na Praça do Senac, quando fomos no Praça Shopping e andamos no centro da cidade, dá saudades.

Agora só falta a gente se encontrar de novo pra fazer mais coisas.”.

Falamos ainda a respeito do LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), se eles conheciam, recebiam ou não o benefício e obtive as respostas:

Discente RP1 – “Não sei (silêncio), recebo mãe? Só ela é quem sabe. Ah! Recebo é um salário mínimo do governo”.

—
Discente RP2 – “Sim recebo do governo. Minha mãe guarda pra mim ela me leva pra comprar roupas camisa do meu Timão.”

Discente RP3 – “Não recebo.”

Discente RP4 - “Sim, minha mãe recebe meu salário e traz pra mim.”

Discente RP5 – “Acho que sim, minha tia entrou com o pedido”.

Quando perguntados se eles já tinham trabalhado antes de cursarem o Pet Trampolim, se estavam trabalhando agora que são egressos e, se procuraram emprego, suas respostas foram:

Discente RP1 – “Nunca trabalhei, na verdade nas escolas, toda hora eu tinha que parar; Não, mas eu quero. Minha mãe disse que por enquanto eu não posso.”

Discente RP2 – “Não; Não, não posso porque minha mãe disse que senão a gente perde o benefício do governo.”

Discente RP3 – “Sim, eu trabalho em casa com minha mãe, ajudando arrumar a casa e deixar tudo arrumado. Eu gosto de trabalhar e agora quero trabalhar na empresa (retirada) que a gente visitou, eles falaram que precisa de nós; Não, mas tenho certeza que vou arranjar um bom emprego. Ainda não fui procurar.”

Discente RP4 – “Só em casa ajudando minha mãe. Eu gosto muito de ajudar minha mãe, ela precisa de mim; Não, mas eu vou, minha mãe vai achar um emprego bem bom pra mim.

Discente RP5 – “Sim trabalhei na padaria e sempre gostei muito; Não estou trabalhando. Mas quero trabalhar na Americanflex”.

Para finalizar perguntei a eles o que eles gostariam de acrescentar para finalizar a entrevista:

—
Discente RP1 – “O que eu mais gosto de fazer se me divertir, conversar, assistir filme do Harry Potter. Um fato importante que eu me lembro foi que eu assisti ao filme do Bem 10 na sala junto com meus amigos e ele se transforma para ajudar o próximo e a gente no Pet Trampolim também somos transformados e participei da Festa Junina no Senac.”

Discente RP2 “Eu compro roupas, compro presente pra alguém quando alguém faz aniversário. Quero trabalhar logo, será que demora eu conseguir? Quero ter conta bancária no meu nome, com cartão tudo direitinho, mas minha mãe vai poder usar porque o cartão tem senha e ela sabe mais do que eu. Posso te contar uma novidade? Eu vou viajar pra praia pela primeira vez, vou de carro... Ah! Eu quero compra um carro também, para poder passear todo final de semana.”

Discente RP3 – “Hoje retomei com força total quero ir passear no shopping, quero fazer tudo, para mim um fato importante que jamais vou esquecer é ter conhecido as pessoas do curso.”

Discente RP4 – “Meu sonho é trabalhar e ser independente o curso me ajudou a ter sabedoria, adquirir postura profissional, respeitar o espaço e as dificuldades dos outros, outra coisa importante é aprender a compartilhar com as pessoas que não podemos ter preconceitos com as nossas dificuldades nem com a dos outros, porque todos temos dificuldades pra fazer algo.”

Discente RP5 – “Temos que aproveitar a vida com os amigos, ir pescar no Rio Grande e respeitar a natureza e as pessoas fazem parte de tudo isso.”

Percebi junto as declarações das histórias de vida que interessadamente todos tinham o mesmo sentimento quando falavam sobre o período que antecedia o curso, eles já tinham uma convivência com outros devido às (Associações parte retirada), igreja, enfim a família lhes proporcionavam estas convivências em sociedade, e os entrevistados demonstravam o valor que eles dão para esta relação social, mais até do que desenvolver competências para trabalhar, o curso proporcionou a ampliação desta convivência.

—
Em uma parte da entrevista, presenciei a participação da (associação - parte retirada) aos quais eles estão ligados, e como ela foi importante neste primeiro contato.

Ao responderem as perguntas os discentes demonstram exatamente como quaisquer outros jovens tidos como “normais” responderiam, ou seja, que criaram o senso crítico, uns eram mais rápidos em sala de aula que outros, que uns despertaram para continuar aprimorando suas competências, outros fortaleceram laços sociais.

Em outras respostas, os discentes demonstram conhecimentos de temas comuns ao mundo do trabalho, seus direitos suas obrigações, o respeito ao próximo, a preocupação com o manter-se atualizado, com o trabalho, com o financeiro, com seus futuros como cidadãos de forma organizada e responsável.

Percebe-se que para alguns ainda é necessário receber o benefício LOAS, contudo para outros, o não recebe-lo é motivo de orgulho, como se sua dignidade da pessoa humana fosse restaurada ao encontrar seu trabalho e receber por ele, não precisando mais do auxílio vindo do LOAS, mas produzindo seu próprio sustento e de ainda poder colaborar com sua família.

As resposta no que tange a questão do auxílio (LOAS) que o governo oferece a pessoa com deficiência, corresponde a um salário mínimo, nas entrevistas fica nítido que tal benefício ajuda não só a pessoa beneficiada mas ajuda na manutenção da família, este certamente é um dos impasses a ser vencido para que a pessoa com deficiência consiga e sua família se sinta segura para tentar alcançar sua inclusão no mundo do trabalho, uma vez que a lei diz em sua nova alteração (LOAS 2010), que permite ao beneficiado que ingresse com o pedido de suspensão de no máximo 2 anos caso ele queira tentar ingressar no trabalho formal, se por acaso não se adaptar poderá requerer o cancelamento da suspensão para voltar a receber o benefício.

No entanto, as famílias que dependem dos valores recebidos, com receio de perder ou de criar uma situação de insegurança no futuro, depois destes 2 anos, não autorizam seus beneficiários (tutelados ou curatelados) a tentarem esta inclusão no trabalho.

Na forma de pensar destas famílias é como trocar o certo pelo duvidoso, ainda que se der certo, e geralmente dá, eles poderiam contribuir com muito mais financeiramente falando, e este não nem de longe o ponto mais importante, mas com essa independência financeira eles conseguem se olhar com orgulho de si, não se sentem doentes, desprotegidos, mas ganham sonhos e mais garra pra vencer novos obstáculos.

A importância maior que descrevi quando coletava estas respostas é o resgate de seus valores, que talvez eles não soubessem que possuíam, o de gostar de ler, de

estudar, de trabalhar, de sonhar, de crescer, e de refletir, que talvez se algo não acontece, é simplesmente porque a gente não quis.

Outro relato do discente B1, demonstra apreensão das técnicas organizacionais para administrar sua vida, de forma que além de possuir uma poupança com depósitos acima da quantia de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), este tem metas de começar estudo em ensino técnico e de comprar casa própria.

É importante dizer que eles têm consciência de suas limitações oriundas da deficiência, as quais não serão sanadas, mas minimizadas por seus esforços na adaptação daquela atividade, o que comprova que são pessoas com discernimento, não se tratando de pessoas alienadas.

Certamente que somente alguns ingressaram no mercado de trabalho, ou seja, encontram-se trabalhando em empresas do comércio local com o devido registro em Carteira de Trabalho.

Quando ampliamos este olhar para mundo do trabalho, descobrimos que muitos estão atuando como artesãos, confeccionando peças como tapetes, bolsas, cortinas, mas sem uma preocupação de encomendas ou de clientela para tanto, mas colocando em prática suas novas habilidades adquiridas.

3.4. DO OLHAR PROFISSIONAL

Durante a pesquisa, entrevistei ainda o Gerente que implantou a primeira turma do Pet Trampolim à época para entender um pouco mais sobre a história deste curso e obtive a seguinte resposta:

“O PET Trampolim veio de uma demanda da Apae de Bebedouro em meados de 2008. A Apae daquela cidade tinha a intenção de qualificar jovens que participavam do programa que leva o mesmo nome do PET Trampolim, denominado apenas “Trampolim” que sinalizava um estágio de desenvolvimento de alguns alunos da APAE. A demanda era desafiadora e ao mesmo tempo temerosa, pois o Senac não havia ainda, trabalhado com este público em programas específicos, ou seja, de

turmas com 100% de pessoas com deficiência. O desafio foi aceito e iniciamos o desenvolvimento do programa com a ajuda de uma consultoria de São Paulo, além do envolvimento do próprio Senac e de parceiros.”

Quando perguntado sobre os discentes o gerente do Senac São Paulo, nos esclarece que:

“Percebe-se claramente uma mudança de comportamento nos jovens que participaram do programa (relativo a primeira turma). Acredito que o programa cumpriu com o seu objetivo de desenvolver autonomia e melhorar a qualificação profissional de cada um deles. Digo “melhorar” pois cada um entrou no programa com algumas habilidades adquiridas que foram de suma importância para subsidiar o desenvolvimento em outras. Os docentes tiveram o desafio de mediar todo esse conhecimento que existia naquele grupo.”

Esclareceu ainda sobre quais as mudanças ele acredita que ocorreram:

“Mudanças pessoais no que tange às questões de inclusão social, interação com o público de outros programas, melhorou na comunicação; mudanças profissionais: autonomia, qualificação profissional, condições para a empregabilidade. Acredito que o sentir-se acolhido tanto pela equipe quanto pelo grupo de docentes foi o ponto máximo do curso. Dar importância à eles, ouvi-los, dar abertura para expor seus sentimentos e suas ideias fez com que os discentes gostassem do curso. Na minha opinião, gerou mais autonomia, senso mais apurado em suas ações/comportamentos diante de estrutura organizacional ou até mesmo diante do “social”.

Quando perguntado a respeito das empresas estarem preparadas para receber -los e sobre o benefício, relatou:

“Na minha opinião as empresas não estão preparadas para receber este público. Ou por receio de que os jovens pode “surtar” dentro da empresa ou simplesmente por desconhecer como lidar com o público.

Alguns eu sei que recebiam o benefício, porém na realização dessa turma, ainda não havia sido sancionada a lei de agosto/2011 que suspende o benefício caso o jovem esteja empregado. Alguns já encontravam-se interditados pela família, daí não havia mais nada que se fazer. Acabaram por ficar fora do mundo do trabalho e percebemos

que haviam pessoas que eram capazes de desenvolver alguma tarefa, mesmo que puramente automática e operacional”.

Vale ressaltar que o gerente faz uma explanação do que sentiu na primeira turma, uma vez que não acompanhou mais o egresso por mudar de região e por estar à frente de outra unidade no momento desta entrevista.

Contudo sua visão, a respeito do “medo” das empresas existentes no mercado não saber como lidar com pessoas com deficiência é uma realidade, não há uma cultura de inclusão sendo disseminada nas empresas com este grau de responsabilidade, o que existe é um pré-conceito por falta de conhecimento da verdade, de pura informação baseada no passado, na própria história.

Foram entrevistadas também duas docentes do município de Bebedouro (DB1 e DB2) e uma docente de São Jose do Rio Preto (DRP), que compartilham as histórias de seus discentes e dos aprendizados baseados no aprender a aprender, e na troca de experiência no dia a dia.

Na metodologia aprender a aprender, é importante conhecermos a vida pregressa tanto do docente quanto do discente, assim passo a contar -lhes um pouco também sobre os profissionais que atuaram diariamente em sala de aula.

As perguntas efetuadas para as docentes foram:

Conte um pouco sobre sua experiência profissional.

DB1 – “Sou formada em Ciências Sociais, História e Geografia.”

DB2 – “Iniciei minhas aulas na Educação Infantil, depois trabalhei um ano na APAE da minha cidade na oficina. Participei da ONG DCA (Organização não Governamental Desenvolvendo a Criança e Adolescente) na qual trabalhava com jovens na prevenção ao uso de drogas e com Grupo Operativo, baseado em Pichon Rivière. Após alguns anos voltei para a Educação Infantil e também, para o trabalho com deficiência”.

Quando e como você conheceu o PET Trampolim?

DB1 – “Conheci o Pet Trapolim através do Senac Bebedouro, faço parte desse projeto hoje programa desde a sua formatação”.

—
DB2 “Fui convidada a conhecer o projeto piloto, me interessei e participei de algumas reuniões e formações no SENAC Bebedouro, isso no ano de 2008.”

Como os discentes eram antes de iniciar o curso?

DB1 – “Eram pessoas com a autoestima baixa, sem autonomia ligados muitas vezes em instituições ou ainda super protegidos ou excluídos pelas famílias.”

DB2 – “Basicamente muito inseguros, não possuem criticidade, porém agradáveis e sinceros.”

Eles tiveram mudanças para você? Quais? De cunho pessoal ou profissional?

DB1 – “As mudanças fora tanto pessoas como profissionais.

Pessoais, pois passaram a se gostar mais e buscaram se incluir no mundo atual fora do casulo e da exclusão vivida até então Profissionais passaram a mostrar através de atitudes que são iguais os outros profissionais com vontade e comprometimento, apenas tem o seu próprio tempo”.

DB2 – “As mudanças sempre acontecem no decorrer do ano nesses dois aspectos, no pessoal a segurança e a autonomia são vivíveis, demonstram preocupação com a aparência, com sua conduta para o mundo do trabalho. Entendem que o conteúdo do curso favorece a mudança que necessitam.

Muitos pais e alunos já deram depoimentos sobre a mudança percebida, os alunos passam a se conhecer melhor e não aceitar algumas situações desagradáveis que antes lhes eram impostas. Eles até cobram essas mudanças dos colegas da sala.”

O que você acredita que ele mais gostou do curso?

DB1 – “A descoberta de saber que eles fazem parte do mundo, através de conhecimento adquirido, através de filmes, visitas, palestras.

—
É muito difícil pontuar o que mais gostaram, pois em um ano eles convivem com um universo desconhecido por eles, dessa forma tudo foi saboreado de forma especial.”
DB2 “Acredito que seja o respeito recebido, a oportunidade do autoconhecimento e a valorização pela descoberta da sua dignidade e da sua competência.”

Que diferença você acredita que fez o curso na vida do discente?

DB1 – “Depois do curso eles aprenderam a impor suas vontades, seja diante da sociedade ou da própria família. Aprenderam que são iguais apenas cada um tem seu próprio tempo”.

DB2 – “A diferença de se sentir igual a todos.”

Você sabe se ele está empregado?

DB1 – “Temos mais ou menos 40 por cento desse público empregado.”

DB2 – “Muitos sim, são trabalhadores honestos, dispostos e responsáveis.”

Você sabe se as empresas estão preparadas? Se não o que falta na sua opinião?

DB1 – “As empresas com certeza não estão preparados para recebê-los, apenas o fazem para cumprir uma meta estabelecida em lei.

O que falta é preparar os empresários como eles (os discentes) são.

Com palestras, filmes fazendo que eles enxerguem o potencial desse público.”

DB2 – “Acho que não, é um acontecimento muito novo, o desconhecido causa medo. Porém o primeiro passo já foi dado, mesmo com o cumprimento das cotas a necessidade é de boa vontade e formação dentro das empresas para trabalhar com esse público”.

—
Ele recebia benefícios, como por exemplo: ONG's, associações, Assistência Social, Instituições particulares ou do Governo? Se a resposta for afirmativa, mudou algo neste sentido?

DB1 “Muito deles sim, mas como trabalhamos a autoestima e a autonomia isso não interfere no programa.”

DB2 – “Essa é uma questão muito delicada, pois muitos recebem o benefício que é cortado quando iniciavam a vida profissional, existe no senado um projeto para que isso não ocorra, não sei se já foi aprovado.

A família tem medo de trocar o certo pelo duvidoso. Os que conseguem o trabalho, não recebem tal benefício. As empresas apresentam dificuldades também nesse ponto.”

Você tem algo a mais para comentar que não foi perguntado sobre o curso, sobre os discentes?

DB1 – “Temos dois ex-alunos do Trampolim que hoje são casados trabalham e a esposa de um deles está de 5 meses de gravidez, inclusive a (parte retirada) é a responsável pela logo do Pet trampolim.

A mãe do (parte retirada) antes do programa não o deixava sair nem no portão da casa, hoje vai ser pai e banca sua própria casa com seu trabalho.

Fazemos ao termino de cada instrumental, na aula de Integração a resposta vai mudando de acordo com o desempenho do aluno e do programa. (Temos os instrumentais e em cada intervalo temos a Integração).

DB2 – “Sim, ocorre uma mudança interior muito positiva com quem trabalha com o deficiente intelectual, eu me sinto valorizada por eles, treino a todo momento minha paciência e o ouvir. Meu desconhecimento com o deficiente se transformou em aprendizado que é aplicado em muitos momentos da minha vida.”

—
As perguntas para a docente de São José do Rio Preto foram as mesmas e as respostas da docente foram:

Conte um pouco sobre sua experiência profissional.

DRP “Sou docente daqui no Senac, Unidade São José do Rio Preto, trabalho com turmas do curso de Aprendiz que duram de 1 a 2 anos, e também do Programa Educação para o Trabalho – Nova Conexão, que tem duração de 4 a 6 meses aproximadamente.”

Quando e como você conheceu o PET Trampolim?

DRP – “Em 2009 ficamos sabendo que na unidade Bebedouro, eles tinham criado o Trampolim e que estavam indo bem, era um curso voltado para pessoas com deficiência intelectual, quando foi em 2010, nós tivemos nossa primeira turma aqui, durou quase 9 meses, ela terminou com 19 pessoas, e esta turma aconteceu porque foi fruto de uma parceria com uma instituição local a Associação Renascer, diferente de Bebedouro, aqui não foi a Apae, e também tivemos dois discentes que se inscreveram aqui na Unidade, no balcão, eles ficaram sabendo e vieram pedir maiores informações, acharam interessante e inscreveram seus filhos”.

Como os discentes eram antes de iniciar o curso?

DRP – “Olha, tirando os dois que se inscreveram aqui no balcão, todos os outros estudavam com o parceiro, a seleção para vir para cá também foi da (escola parceira parte retirada) parceira que fez, a gente não interferiu, a gente percebeu que na (escola parceira parte retirada) eles selecionaram os discentes com deficiência os mais comprometidos, eles estavam se sentindo muito tristes em frequentar, tanto que teve um fato que foi assim: nós íamos fazer a camiseta da turma, mas como nosso curso prega a autonomia explicamos para eles como podia ser mas eles deviam escolher cor, modelo da gola, dependendo da cor da camiseta, a logo marca tanto do Senac e da (escola parceira parte retirada) podiam ter alterações nas cores, bom, deixamos eles conversarem por um tempo pra ver o que ia virar; conclusão: Camiseta

—
branca com a logo do Senac gigante na barriga em laranja e sem a logo marca da (escola parceira parte retirada). Tivemos que intervir pois quem ia pagar as camisetas seria a (escola parceira parte retirada), nas palavras deles: “a gente tem vergonha de andar com a camiseta deles, quando a gente vai embora de ônibus a gente troca a blusa pra ninguém ver”. Isso acontece porque aqui em São José do Rio Preto, todos que não conseguem acompanhar o

Ensino tradicional param lá na (escola parceira parte retirada) ... pra eles “lá é o fim da linha”.

Eles tiveram mudanças para você? Quais? De cunho pessoal ou profissional?

DRP – “Sim e como tiveram no campo pessoal, porque no campo profissional, até por conta das famílias eles acabaram não desempenhando nenhuma atividade remunerativa, era medo sabe de perder o benefício, teve um caso que os pais vieram até aqui para dizer que se o filho tivesse que ir trabalhar ele ia parar o curso, tudo começou porque chega no módulo de Excelência no atendimento ao cliente que eles têm contato com empresas e tinha um discente que uma empresa visitada se interessou por ele, mas os pais pediram pro filho não ir, com medo de perder o benefício, nós fizemos uma reunião para explicar que a lei havia mudado e que eles teriam a suspensão do benefício LOAS, mas se não se adaptassem no serviço, poderiam voltar a receber o benefício, mas eles não quiseram nem saber, e na verdade nessa turma nenhum trabalhou por causa disso, falta mudar a consciência do povo né, eles têm muito talento, é um desperdício.”

O que você acredita que ele mais gostou do curso?

DRP – “Tudo, pra eles tudo é diferente, eles têm vida social, se sentem confiantes, cheios de sonhos, aprendem que a deficiência deles os deixa limitados em um ponto, mas existem vários outros pontos que eles conseguem executar e são melhores do que muitos, a gente mostra pra eles que todos são inteligentes e capazes, apesar de que nem todo mundo vai ser um Neymar no futebol, poderá ter dignidade e fazer muitas coisas.”

Que diferença você acredita que fez o curso na vida do discente?

DRP – “Muitas, eles agora estão cheios de vontade, se os pais souberem aproveitar esta oportunidade, verão que os filhos deles são de ouro.

Teve um aluno (parte retirada) que a gente estava em uma atividade e ele me disse : Professora, muitas vezes é a gente que cria a dificuldade, e a gente esquece que a dificuldade existe que é pra gente superar senão não seria dificuldade ...” Ai eu penso,

gente a gente têm muito o que aprender com eles, porque diante de toda a dificuldade o aluno..., soube superar... a mãe veio da Bahia com não sei quantos filhos e tal, a mãe morreu e ele estava morando com uma tia, e nunca com 20 anos ele conseguiu aprender a ler e escrever, uma vontade imensa de aprender a ler e escrever uma luta pra crescer pra ir pra frente... olha fantástico seria pouco pra definir”.

Você sabe se ele está empregado?

DRP – “Não como eu disse nessa turma infelizmente nenhum está trabalhando por conta do medo dos pais ou parentes de perder o auxílio, ajuda que o governo dá, é pouco, é um salário mas acaba sustentando a família toda.

A gente fez uma reunião até com uma pessoa do INSS, mas não adiantou, mesmo assim a família não deixou, e olha que era o sonho do discente, sair daqui do Trampolim já empregado.”

Você sabe se as empresas estão preparadas? Se não o que falta na sua opinião?

DRP – “Não nem as empresas nem as famílias, nós temos uma grande resistência por parte até dos familiares, nós fizemos várias reuniões, inclusive com um funcionário da Previdência para explicar para todos como funcionava o sistema de benefícios, mas o medo de lidar com a situação é maior que tudo.

As empresas, elas tentam até contratar alguns mas a grande maioria quer não por ter consciência de que eles podem desenvolver um ótimo serviço, mas para se enquadrar na lei.

Acredito que elas também não estejam preparadas. Falta instrução de como lidar com eles, pois eles são especiais, na minha opinião, conviver com eles torna qualquer ambiente mais agradável e humano”.

Ele recebia benefícios, como por exemplo: ONG's, associações, Assistência Social, Instituições particulares ou do Governo? Se a resposta for afirmativa, mudou algo neste sentido?

DRP – “A maior parte dos discentes recebem o benefício do LOAS, alguns até não sabem que a família é que recebe por eles, mas como trabalhamos a autonomia várias vezes nós explicamos como funciona, pra quem já tem e pra quem não tem o benefício.”

Você tem algo a mais para comentar que não foi perguntado sobre o curso, sobre os discentes?

DRP – “Na aula de informática, a docente que deu foi até a sala e tomou um susto, porque ela tinha preparado um “basicão” e quando ela chegou pra aplicar a matéria, os discentes já tinham ligado o computador, já tinham se dividido em grupos e perguntaram: “e ai professora que a gente vai fazer agora? ...” e a docente disse pra mim: “tive que planejar as aulas todas de novo, porque o que eu tinha preparado eles já sabem muito além...”

Nós tínhamos um aluno que ele mal sabia escrever seu próprio nome, mas no computador ele sabia tudo, pra que servia o botão, pra atalho, pra consertar, enfim, daí vem aquele negócio você não sabe escrever nem o nome então você não é inteligente, eu falo: em que? Não são inteligentes no que? Porque pelo que eu saiba não existe um só tipo de inteligência, posso não ser inteligente em matemática, mas eu posso saber escrever... se travava o computador eu o chamava e na hora ele consertava, gente queria que ele trabalhasse aqui no Senac, então a gente ainda é muito preso em um único tipo de inteligência, quando se sabe que a gente têm ai no mínimo seis.

Eles trouxeram uma energia tão boa, é muito lindo o que eles trouxeram pra gente... a gente aprende muito, as vezes o que é óbvio pra eles não é pra nós, teve um caso logo quando eles entraram, no primeiro dia...

E quando terminou, era aquela sala que era a sala dos docentes agora, eram duas salas, olha acho que a metade, acho que mais da metade dos funcionários do Senac no período da tarde foram lá pra se despedirem deles, eles trouxeram uma energia linda, maravilhosa pro Senac que todo mundo falava isso: “Gente como vai ser o Senac agora sem o Trampolim”, acho que até eles sentem falta...eles ligam aqui direto.

Eu queria dizer ainda, que o curso é lindo, penso que se tivesse que mudar eu mudaria somente acrescentando uma parte para mostrar a prática de um escritório dentro de uma empresa, mas o Programa em si, é maravilhoso”.

Após ouvir as docentes ressalto trechos para análise:

Segundo relato da docente do DB1, o discente (parte retirada) depois de concluir o curso, começou a trabalhar no comércio local e hoje está casado. Mora e sustenta sua própria casa e sua esposa está grávida, destacou ainda em seu relato que no início do curso sua mãe tinha medo até de deixa-lo ir sozinho até o portão de sua casa.

A realidade do município de São José do Rio Preto é bem diferente da encontrada em Bebedouro, uma vez que, a associação responsável pelo atendimento às pessoas com deficiência não possui a mesma política adotada pela Associação responsável no município de Bebedouro.

O perfil dos discentes da associação de São José do Rio Preto é de baixa autoestima, uma vez que, suas capacidades não foram estimuladas de forma adequada no desenvolver de suas vidas, gerando neles o sentimento de inaptidão, muitas vezes até imposto pelos familiares que têm medo de perder o benefício descrito no LOAS.

Por conta disso, as pessoas com deficiência se encontram num estágio elevadíssimo de dependência emocional e econômica (LOAS), especialmente porque se encontram em situação de exclusão social acarretando numa condição de não reconhecimento de sua cidadania.

Ao término do curso de capacitação foi constatado que todos os entrevistados adquiriram condições para atuar no mundo do trabalho, da mesma forma que os egressos de Bebedouro, conforme o relato da docente DRP:” depois do curso tudo pra eles ficou diferente, eles têm vida social, têm confiança, estão cheios de sonhos, eles aprendem que a deficiência deles os deixa limitados em um ponto mas existem vários outros pontos que eles conseguem executar e são melhores do que muitos, a gente mostra pra eles que todos são inteligentes e capazes”.

Todavia nenhum deles está trabalhando. Segundo relatos da docente DRP afirmou categoricamente que infelizmente nenhum está trabalhando por conta do medo dos pais ou parentes de perder o auxílio (LOAS), o qual é insuficiente, no entanto, representa auxílio valioso no sustento de toda família.

Tal afirmação é compactuada pelos demais profissionais entrevistados, o que vem atestar a efetividade do Programa PET Trampolim, visto que o processo só não perfaz em sua plenitude em decorrência de interferência de terceiros, ou seja, fatos que não estão vinculados a ausência de capacitação dos egressos.

Notadamente, o que se pode constatar é o expediente de, por vezes, infantilizar o deficiente intelectual, como aponta Werneck (2000, p. 245/246) ao dissertar sobre um fato por ela presenciado, o qual:

Com 1,75 metro, 24 anos, carioca de Copacabana, Rodrigo é um homem sensual e bonito. Exímio dançarino de vários ritmos, capoeirista, nadador, atleta, Bruno - como gosta de ser chamado - ... Em setembro de 1994, eu e outros profissionais participamos de uma programa na TV Educativa sobre síndrome de Down que intercalava entrevistas em estúdio com cenas externas, gravadas na Colibri. Era mais ou menos assim. Um grupo de adultos jogava capoeira e depois dançava. Entre eles, Rodrigo Bruno. O repórter observava a cena extasiado. Quando a música parou, ele se aproximou de Bruno. Entusiasmado, microfone na mão, disse: "Rodrigo, como você dança bem!" E perguntou: "O que você quer ser quando crescer?"

Atrás desta postura, observa-se que está uma condição natural das pessoas tidas como "normais", mas leigas, acreditarem que as pessoas com deficiência não possuem capacidade, de modo que, minimamente, as colocam em condição de eternas crianças.

Ao bem da verdade, o Pet Trampolim, faz um trabalho que transcende o aprender de um curso preparatório para o mundo do trabalho, ele abre portas para que o indivíduo alcance oportunidades existentes e criadas por eles, ao se autoconhecerem, eles desenvolvem várias habilidades e principalmente enxergam suas vidas além do portão de casa.

Desta feita, o que se busca é tornar efetivas e concretas as garantias constitucionais de isonomia e da dignidade da pessoa humana. Onde na primeira se buscar tratar os iguais de maneira igual, mas trata-los diferentemente na medida em que eles se desigualem, aliás, esta também é uma condição determinada pela Declaração de Salamanca, conforme já visto outrora.

Ao passo que na segunda, dignidade visa garantir a convivência respeitosa e equilibrada entre realidades distintas, para isso é preciso solidariedade, como mais uma vez Werneck (2000, p. 161) expressa, ao citar a PL 02452/1996, do Deputado Federal Augusto Viveiros:

Atendendo-se ao princípio da não discriminação, associados aos demais princípios da isonomia, da justiça social, da solidariedade, da convivência justa e da cidadania, deve-se outorgar a essas pessoas o direito de praticar atos na vida civil, mesmo que assistidos e nos limites de sua capacidade.

Vale apontar que tais garantias decorrem de direitos individuais, contudo, o ordenamento jurídico brasileiro está fundado na função social, ou seja, todos os atos praticados em sociedade, sejam eles individuais ou coletivos, devem obrigatoriamente observar o bem estar social.

Convalidando essa realidade, em face dos egressos foi constatada uma evolução em todos os discentes analisados, uma vez que ganharam autoconfiança, autoestima, independência econômica em alguns casos e social, adquiriram técnicas de gestão organizacional, inclusive colocando-as em prática em auxílio próprio ou da família.

Ainda que individualismo e inclusão sejam de naturezas contrárias, nota-se que, por meio do respeito da individualidade das pessoas com deficiência que ela alcança a inclusão e, com isso, ela acaba por favorecer o seu meio, uma vez que, ele se torna economicamente ativo, cria laços sociais tornando-os cidadãos em sua plenitude.

Assim, o que se pode verificar é que a deficiência intelectual não é uma inaptidão, mas tão somente uma condição diferenciada de aprendizagem, ou seja, as pessoas com deficiência intelectual apenas necessitam de uma adaptação na forma do ensino para que eles desenvolvam suas competências sociais e profissionais.

Corroborando com esta assertiva, COSTI SANTAROSA (1997, p. 115) faz considerações sobre o ensino a distância para as pessoas portadoras de deficiência, sob os seguintes substratos:

A título de exemplo relacionamos alguns “sites” na área da Educação Especial e trazemos uma experiência por nós realizada na perspectiva da “escola virtual” para portadores de deficiências. Nesse sentido de um lado, a experiência focaliza o intercâmbio/troca/cooperação com o outro, explorando o potencial que as redes telemáticas podem oferecer nessa perspectiva. Em outra dimensão focaliza o acesso/construção de conhecimento associado ao processo de apropriação desses recursos tecnológicos tendo sempre o aporte do aprender a se comunicar, aprender a aprender, aprender com o outro e aprender a ser.

O ensino a distância exige maior organização, comprometimento e compartilhamento de conhecimentos, portanto, em se apurando que as pessoas com deficiência reúnem tais condições, por consequência, verifica-se suas capacidades.

Mister se faz elencar as palavras de Werneck (2000, p. 56) quando faz considerações acerca dos benefícios que a inclusão trará a todos, as quais:

Evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! Alunos diferentes deterão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos.

Neste prisma, mais do que incluir o que se alcança é a socialização, o que enseja numa integração do ser com o mundo social, profissional, econômico e jurídico, ou seja, vida pessoal, social e civil.

Relembrando o narrado, os conceitos de integração e de inclusão escolar são divergentes, digo isto, pois ainda que o curso dos egressos avaliados não seja de inclusão, ele é para a inclusão.

As turmas não são mistas, pois as turmas são compostas somente com pessoas com deficiência intelectual o que, por hora, satisfaz a necessidade dos discentes. Todavia, poderia ter em seu formato a inclusão efetiva não somente com atividades pontuais ou na convivência nos intervalos, mas por toda a extensão do curso, também em sala de aula com turmas mistas.

Divergem também os tipos de deficiências existentes nas pessoas e facilmente encontramos cursos para pessoas com deficiências auditivas, visuais, motoras, mas não encontramos para pessoas com deficiência intelectual com metodologia e instrumentalização alternativas considerando a realidade do indivíduo.

O curso dos presentes egressos é pioneiro neste seguimento uma vez que ele capacita sua atuação no mundo do trabalho e não para uma única atividade específica, faz com que o discente entenda o processo de trabalho de forma ampla, podendo atuar no seguimento do comércio e serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 – Evidenciou-se que os deficientes intelectuais, mediante algumas adequações por conta de suas condições e necessidades, têm plenas condições, intelectuais e físicas, de serem capacitados para a sua inserção no mundo do trabalho, uma vez que o ser humano é dotado de inteligências múltiplas, as quais precisam ser estimuladas.

2 – O Programa Educação para o Trabalho – PET Trampolim alcança seu objetivo de capacitar os deficientes intelectuais para o mundo do trabalho, uma vez que, aqueles nele ingressaram, até hoje se mantém em virtude de seus esforços, pois se adaptaram e conseguiram criar condições favoráveis em seu ambiente de trabalho.

3 – Os capacitados não inseridos no mundo do trabalho assim estão em virtude não de sua falta de capacidade, mas por medo e ignorância oriundo de seus pais/responsáveis que, em especial, temem pela perda em definitivo do benefício do LOAS.

4 – O deficiente, quando capacitado adequadamente, adquire a oportunidade de inserção no mundo do trabalho, mais do que ingressar, a referida capacitação permite, na verdade, a sua manutenção e crescimento profissional. Este contexto adjudica ao deficiente o sentimento de independência, pois suas conquistas derivam de suas ações e esforços e não da concessão alheia fundada na misericórdia e isso é fomentar a dignidade humana.

5 – A inserção do deficiente intelectual, devidamente capacitado, no mundo do trabalho enseja ainda na oportunidade de convivência com pessoas não deficientes, essa integração permite ao deficiente sua inclusão social, assim como também concede aos demais a oportunidade de humanização social.

É bem verdade que se falarmos com profissionais da saúde, o deficiente intelectual será chamado de doente, mas não de forma pejorativa e sim na utilização da terminologia sem causar danos ou espanto, contudo, para os demais leigos, é necessário cautela na utilização desta palavra, pois com ela vem certa carga de preconceito.

Ao contrário da mente fantasiosa da sociedade que distorce a palavra, o deficiente intelectual possui grande chance de se desenvolver e se adaptar com independência se for estimulado e educado para tanto, o que acontece é que até mesmo as famílias não acreditam ou não querem acreditar no seu potencial e assim, subestima suas competências, em alguns casos o excesso de proteção é extremamente prejudicial.

Afinal, deficientes todos somos, pois não somos bons em tudo, conforme a Teoria de Gardner, temos múltiplas inteligências e não somente a tradicionalmente utilizada avaliação de inteligência por meio do Q.I. (coeficiente de inteligência), a diferença é que as deficiências possuem graus a serem avaliados pelos profissionais da área e para os educadores, e digo educadores pensando em todo o profissional que tem contato com um discente, cabe mediar as situações para que melhorar seja sua adaptação.

6 – Uma vez inserido no mundo do trabalho, o deficiente intelectual passa da condição de assistido do LOAS para a condição de contribuinte junto a Previdência Social, afinal, ao perceber rendimentos decorrentes de seu trabalho assume ele a condição de empregado ou autônomo. Isso significa não apenas uma redução de custos para o erário público, mas também uma nova fonte de renda.

Chega o momento em que o indivíduo vê sentido em sua vida, ou seja, alcança a dignidade da pessoa humana, aquela garantida em nossa Constituição e nas mais de 22 normas, dentre elas tratados internacionais que dissertaram sobre o assunto.

7 – Por fim, percebeu-se que as políticas públicas em defesa dos interesses dos excluídos se encontram, na maior parte, nos textos legais, contudo, a instrumentalização das políticas públicas são falhas, especialmente as educacionais, pois, a exclusão não se finda apenas com a inserção da pessoa com deficiência na vida social, mas sim quando o excluído consegue se manter com qualidade nas relações sociais.

A Declaração de Salamanca recomenda que as Instituições de ensino se adequem as necessidades dos alunos tanto nas condições sociais, físicas e linguísticas, para que o indivíduo que alcance um ambiente menos restritivo possível, para que sinta se globalizado e valorizado.

Existem atualmente ações para dar publicidade ao tema, todavia a forma vem disfarçada de ato de extrema bondade, é necessário que todos entendam que o respeito é primordial, nem mesmo as pessoas com deficiência querem ser tratadas com dó, pelo contrário passar do repúdio de inválido ao sentimento de pena é tão ruim quanto o anterior.

O respeito é primordial, para que haja a integração e a inclusão sem preconceito, no atual momento, não há mais espaço para a superproteção, nem sentimentalismos, pois toda superproteção pode gerar um aproveitamento da situação sem ética, é necessário que as ações sejam pautadas na justiça, para que cada um demonstre seu potencial, e todos temos potenciais diferentes.

Para exemplificar, tenho uma bolsa artesanal feita por um aluno com deficiência intelectual, confeccionada em um tear, eu não teria esta competência, digo a competência para confeccionar a bolsa.

Contudo minhas competências que são corroboradas por minhas titularidades também não podem ser desprezadas, como se um tivesse mais importância o conhecimentos, habilidades e atitudes de um do que outro, pois são inteligências diferentes e cada um sente satisfação fazendo o que faz, e isto é importante.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2ª ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística; tradução de Donaldson M. Garschagen. 23. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

_____. e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1973.

_____. E BERGER, Brigitte. Socialização: como ser membro da sociedade? In: FORACCHI, Marialice e MARTINS, José de Souza (Orgs.). Sociologia e sociedade: Leituras de Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977, 200-214.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

_____. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física - 2. ed. rev. Brasília: MEC, SEESP, 2003.

_____. Políticas de inclusão levam pessoas com deficiência às escolas e universidades. In http://redecunicadores.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3836:politicad-de-inclusao-levam-pessoas-com-deficienciaas-escolas-e-universidades&catid=93:noticiasrede&Itemid=232

BRASÍLIA: Secretaria de Direitos Humanos. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil/compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba. Editora UNIMEP, v 3 nº 5, p 7 – 25, 1999.

CARRERA, Dorival. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. São Paulo: EAESP-FGV, 1992. Disponível em: www.fgvsp.br/academico/professores/DorivalCarreira/Omercado.doc Acesso em: 12 de jan. 2012.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de. Trabalho e construção da subjetividade: focalizando a pessoa com deficiência intelectual. In: Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Brasília: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). 1 ed. p. 35 a 56, Brasília: Dupligráfica Editora, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. e NETTO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

COSTI SANTAROSA, Lucila Maria. “Escola Virtual” para a Educação Especial: Ambientes de Aprendizagem Telemáticos Cooperativos como Alternativa de Desenvolvimento” Informática Educativa - UNIANDÉS - LIDIE, Colombia Vol. 10, No. 1, 1997 – pp.115-138.

DECHICHI, Claudia. Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 2001.

EDLES CARVALHO, Rosalita. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2010.

EZPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante; tradução de Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

FIAMENGHI JÚNIOR, Geraldo A. MESSA, Alcione A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudos Sobre as Relações Familiares. Psicologia Ciência e Profissão. Vol. 27. Brasília: 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25/03/ 2012.

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. A criança pré-escolar: como pensa e como a Escola pode ensiná-la. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GIL, Marta. Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso? São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

_____. O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

GOMES, Adriana L. Limaverde. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência mental. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GOMES, Adriana L. Limaverde. FERNANDES, Anna Costa. BATISTA, Cristina Abranches Mota. SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. MANTOAN, Maria Tereza Eglér. FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Deficiência mental: formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

HAGUETTE, Maria Teresa Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Esclarecendo as Deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultura Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

KRUPPA, Sônia. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

LANCILLOTTI, Samira S. P. Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal. Coleção polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2003.

LODI, João Bosco. A entrevista: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1977

MARQUES, Luciana Pacheco. O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica. Minas Gerais: Ed. UFJF, 2001.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 1 e 2.

MRECH, L.M. Os desafios da educação especial, o plano nacional de educação e a universidade brasileira. In: Educação on-Line Disponível em www.educacaonline.pro.br; Acesso em 03 de agosto de 2013.

OLIVEIRA, Adriana Antunez de. O Deficiente Mental e o Mercado de Trabalho No Município de Sidrolândia Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Anhanguera Centro Universitário, 2008.

OLIVEIRA, Maria Helena Alcântara de. Educação profissional e trabalho para pessoas com deficiências intelectual e múltipla: plano orientador para gestores e profissionais. Brasília: FENAPAEs/TEM, 2007.

PAIS, José Machado. Vida Cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PAN, Miriam. O Direito à Diferença: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.

PLANO de curso formação inicial e continuada. Modalidade – Capacitação. **Programa educação para o trabalho – Trampolim**. Ficha técnica 4311, Novembro de 2011. [Não disponível]

PASTORE, José. Oportunidades de trabalho para deficientes. São Paulo: LTR, 2000.

RIBAS, João Baptista Cintra. O que são pessoas deficientes. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirlene Brandão de. Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. p. 3091-3104. In http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf

SANTOS, Waldir Carlos Santana dos. BARTALOTTI, Celina Camargo. Diferenças, deficiências e diversidade, um olhar sobre a deficiência mental. MUNDO DA SAÚDE. Vol. 26. n. 3 jul./set. São Paulo, 2002.

SÃO PAULO - SP. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME / DOT, 2008.

SARNO, Cecília Ribeiro. Capacitação de pessoas com deficiência intelectual: um estudo comparado. Caderno do Sep Adm. n° 03, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação profissional e emprego de pessoas com deficiência mental pelo paradigma da inclusão. In: Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais - Brasília: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). 1 ed. p. 111 a 132, Brasília: Dupligráfica Editora, 2003.

SECRETARIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. Gestão de questões relativas a deficiência no local de trabalho: Repertório de recomendações práticas da OIT / Tradução de Edilson Alkmin Cunha; revisão técnica de João Baptista Cintra Ribas. – 1. ed., rev. – Brasília: OIT, 2006.

SEMEGHINI, I. “A Escola Inclusiva investe nas potencialidades do aluno: tópicos para a reflexão com a comunidade”. In BAUMEL, R.C.R.C .& SEMEGHINI, I.(org.) *INTEGRAR/INCLUIR: desafio para a escola atual*. São Paulo: FEUSP, 1998.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Trabalho e Deficiência Mental: uma questão a ser repensada. Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. 03. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

TOMAZI, Nelson Dacio et al. Iniciação à Sociologia. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2000.

TOLDO, Gisele Rodrigues. SILVA, Jessica Araujo Lima da. e SANTOS, Suzara dos. As dificuldades na inserção do deficiente Intelectual no mercado de trabalho com foco na linha de produção.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ANEXO A



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Rua Dr. Vila Nova, 228 – São Paulo – CEP 01222-903
CNPJ 03.709.814/0001-98
www.sp.senac.br

Plano de Curso Formação Inicial e Continuada

Programa Educação para o Trabalho – Trampolim

Carga horária: 550 horas

Ficha Técnica: 4311

SAC 8335056 – 6

Gerência de Desenvolvimento 3

Trabalho e Renda

NOVEMBRO DE 2011

CRÉDITOS

Gerência de Desenvolvimento 3

Ana Beatriz Johansen Saraiva Gemha

Denise Laura Soares da Anunciação

Regina Paulinelli

GEDUC – Desenho Educacional

Mário Augusto Costa Valle

Consultores especialistas:

Aneliese Maria Martins

Maria Neli Volpini

Regina Célia Frederico Cecere Nemer

Rose Mary Benedita Scatambulo de Carvalho

Adaptação e implementação – 1ª versão

Raquel Linhares

Mareliza Dias Zambrano

Patrícia Strabeli

Programa Educação para o Trabalho – Trampolim

O Programa Educação para o Trabalho – Trampolim tem como objetivo contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e em situação de vulnerabilidade social, ampliando sua capacidade de gerir a própria vida e de se relacionar, a fim de favorecer a convivência, a geração de renda e a inserção no mundo do trabalho.

Seu desenvolvimento foi baseado em outra experiência de sucesso do Senac São Paulo, o Programa Educação para o Trabalho, que foi criado em 1996 por meio de uma iniciativa inovadora e direcionada a jovens desfavorecidos economicamente e de limitadas possibilidades de inserção profissional e social.

Valendo-se de uma metodologia transformadora, o aprender a aprender, o Programa tinha a proposta de desenvolver jovens cidadãos autônomos e críticos, estimulando-os para a realização de mudanças significativas em suas vidas.

Este Programa passou por atualizações e lançou novas edições em 2006 e 2008. Nesta última, passou a se chamar Programa Educação para o Trabalho – Novas Conexões, teve sua proposta ampliada e seu objetivo passou a ser o de contribuir para a inclusão de jovens socialmente desfavorecidos, por meio do desenvolvimento de competências que ampliem as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, geração de renda e participação na sociedade.

Da última edição, derivou-se em 2009 o Programa Educação para o Trabalho – Trampolim, que teve suas competências e estratégias de aprendizagem adaptadas para atender às necessidades do público-alvo.

Essa versão, resultado de uma parceria entre a unidade do Senac Bebedouro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), é voltada para um público constituído por jovens e adultos com deficiência intelectual, alfabetizados ou não e preferencialmente em situação de vulnerabilidade social. A unidade desenvolveu uma turma piloto, atendendo a um público de 30 jovens e adultos oriundos da APAE.

Observou-se um crescente interesse da rede pela proposta e em 2011, o Programa foi incorporado no Catálogo de Cursos do Senac e outras unidades passaram a desenvolver turmas.

A inclusão é um processo complexo e relativamente novo na educação brasileira. Muito se tem discutido sobre o assunto na tentativa de buscar alternativas para fazer a diferença na vida dessas pessoas. É importante que todos os educadores estejam disponíveis ao debate e atualizados com as questões relacionadas às práticas de educação, políticas públicas, acolhimento e acessibilidade para oferecer uma educação de qualidade.

1. Objetivo geral

Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e em situação de vulnerabilidade social, ampliando sua capacidade de gerir a própria vida e de se relacionar, a fim de favorecer a convivência, a geração de renda e a inserção no mundo do trabalho.

2. Objetivos específicos

Favorecer o autoconhecimento, percebendo-se como dono da própria vida para tomar decisões com autonomia.

Reconhecer a própria capacidade de produzir e realizar trabalhos com boa qualidade e posicionamento empreendedor, considerando juízo de valores, princípios de cidadania e de sustentabilidade.

Posicionar-se nos diferentes ambientes, percebendo as particularidades e os comportamentos próprios de cada situação social.

Desenvolver a capacidade de comunicar-se e agir com autonomia por meio do estímulo ao letramento.

3. Perfil do egresso

O egresso terá ampliado a capacidade de gestão do trabalho e da vida, de estabelecer relações nos diferentes ambientes, favorecendo o convívio social e a tomada de decisões de maneira mais segura e autônoma. Imprimirá qualidade nos trabalhos produzidos, numa atitude empreendedora e sustentável que aumente as possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e de geração de renda.

4. Competências gerais

Gerir seus próprios recursos e tomar decisões de forma mais segura, identificando suas potencialidades e necessidades de adequações para melhorar a autoestima e facilitar o convívio social e profissional.

Agir com autonomia, superando desafios inerentes ao cotidiano e realizando ações de forma independente, a fim de ampliar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

Adquirir confiança para expressar-se, por meio do estímulo ao letramento e da construção de opiniões críticas que considerem também os comportamentos esperados em cada ambiente, para fortalecer o sentimento de pertencimento.

Posicionar-se de maneira cidadã, reconhecendo seus direitos e deveres, a fim de preservar sua integridade e ser reconhecido como pessoa autônoma.

Aplicar princípios da boa qualidade em sua maneira de realizar trabalhos, reconhecendo a importância desta ação para o mercado, numa atitude empreendedora e sustentável, a fim de aproveitar melhor as oportunidades e tornar-se mais competitivo.

Ampliar as redes de relações sociais, estabelecendo contatos com diferentes ambientes e pessoas para aumentar suas possibilidades de inserção.

5. Organização curricular

A organização curricular é composta por três blocos principais:

Integração 120 h	Tecnologia e Letramento 220 h	Instrumentais 210 h	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de ação na comunidade ▪ Plano profissional ▪ Redes sociais ▪ Noções de ética, cidadania e sustentabilidade ▪ Atitude empreendedora ▪ Qualidade profissional ▪ Autonomia, tomada de decisões e gestão da própria vida 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Letramento e situações cotidianas ▪ Comunicação e ferramentas eletrônicas ▪ Comunicação verbal e iconográfica ▪ Autonomia frente à utilização dos recursos tecnológicos ▪ Projeto coletivo 	Desenvolvimento humano	30h
		Desenvolvimento pessoal	30h
		Comunicação	30h
		Atitude empreendedora	30h
		Sistemas e processos organizacionais	30h
		Atendimento ao cliente	30h
		Visitas técnicas	30h
Carga horária do Programa – 550 horas			

O Programa conta com um eixo de Integração, um eixo de Tecnologia e Letramento e sete Instrumentais (Desenvolvimento humano, Desenvolvimento pessoal, Comunicação, Atitude empreendedora, Sistemas e processos organizacionais, Atendimento ao cliente e Visitas técnicas). O eixo de Integração e o de Tecnologia e Letramento intercala-se com os Instrumentais.

Como o próprio nome diz, a Integração funciona como integrador de todos os eixos temáticos abordados nos Instrumentais, dando sentido e unicidade ao programa. Numa perspectiva complexa – de complexus, tecido junto –, a Integração está entretecida nos Instrumentais, neles se complementa e evolui.

Durante o programa, devem ser realizados três planos de trabalho: Plano de ação na comunidade, Plano profissional e Projeto coletivo.

O eixo de Tecnologia e Letramento, com 220 horas, consiste em oferecer iguais oportunidades de aprendizagem a pessoas com diferentes habilidades e maneiras de aprender. Por isso, estratégias educativas que contemplem múltiplas formas de comunicação são poderosas aliadas do educador. O objetivo de formar para o mundo do trabalho aplica-se não só ao jovem alfabetizado, mas também àqueles que ainda não dominam o código da leitura e escrita. A pessoa letrada passa a compreender e elaborar a linguagem e fazer uso social dela em várias situações da vida prática; adquire outra condição social e cultural, mudando seu modo de viver na sociedade, uma vez que interpreta a simbologia dos signos que aparecem em seu cotidiano, como, por exemplo, placas de sinalização, logomarcas, valores monetários etc.

Nota-se que a pessoa letrada apresenta uma reorganização cognitiva, modificando sua forma de pensar e de compreender a realidade que a cerca.

Os Instrumentais têm carga horária pré-definida, mas que pode ser ajustada em 10% para mais ou para menos, de acordo com as necessidades de desenvolvimento da turma e desde que se cumpra a carga horária mínima estipulada no programa.

Cada Instrumental agrega conhecimentos, habilidades e valores ao perfil pessoal e profissional do participante. Em cada um deles, estão previstas atividades e visitas monitoradas, que aproximam o jovem de sua realidade local.

Nas Visitas Técnicas, as atividades desenvolvidas devem pesquisar exclusivamente as rotinas de trabalho, com a intenção de aproximar o jovem do dia a dia organizacional e das relações ali estabelecidas, o que complementará a proposta do programa. Devem acontecer ao final do programa, sendo cinco visitas em dias intercalados com retornos a sala de aula para sistematização dos conhecimentos e novo planejamento. Os docentes devem acompanhar o grupo e fazer a mediação e intermediação da atividade. Podem ser realizadas em uma ou mais empresas parceiras, de acordo com o planejamento das aulas.

6. Eixos temáticos, competências e indicadores de avaliação

INTEGRAÇÃO

Eixos temáticos:

- Competências básicas para o trabalho
- Organização do pensamento

- Cultura do trabalho, adequação profissional e qualidade nos serviços
- Redes sociais e desenvolvimento local
- Noções de ética, cidadania e sustentabilidade
- Autonomia, tomada de decisões e gestão da própria vida

Planos de Trabalho:

- Plano de Ação na Comunidade
- Plano Profissional

Indicadores de avaliação:

- Age com profissionalismo na realização de seus trabalhos, imprimindo boa qualidade em seus serviços.
- Adota atitudes éticas e demonstra preocupação com o meio ambiente.
- Atribui importância ao trabalho e à possibilidade de ser produtivo.
- Planeja e toma decisões sobre fatos relacionados à sua própria vida.
- Participa dos planos de trabalho, demonstrando comprometimento e interesse pelas ações.
- Comparece às visitas monitoradas, estabelecendo contatos que ampliem suas redes de relações.
- Demonstra reconhecer seus direitos e deveres como cidadão.
- Busca o diálogo como forma de conviver em harmonia em diferentes ambientes.
- Demonstra confiança para expressar seu ponto de vista.
- Constrói opiniões críticas sobre os assuntos debatidos.

TECNOLOGIA E LETRAMENTO

Eixos temáticos:

- O uso do letramento em situações do cotidiano:
 - Identificação de cores
 - Sinalizações
 - Reconhecimento dos números
 - Leitura de horas
 - Uso da calculadora

- Calendário
- Processo de realização de uma compra
- Repertório de palavras e imagens:
 - Identificação de imagens como representação de ideias e sentimentos
 - Aproximação com as palavras escritas
 - Interpretação mediada de textos
- Conhecendo e explorando o computador e seus periféricos:
 - Regras para a boa utilização do equipamento
 - Comandos básicos, como ligar e desligar o computador
 - Controle do mouse
- Recursos compartilhados no Pacote Office:
 - O reconhecimento dos ícones como possibilidade de interação com os programas
 - Abrir e fechar arquivos
 - Maximizar e minimizar janelas
 - Recortar, copiar e colar
 - Imprimir arquivos
- Utilização de equipamentos tecnológicos comuns no dia a dia, por meio de comandos simples (ligar, desligar, utilizar):
 - Celular, telefone, relógio
 - Eletrodomésticos
 - TV, som, MP3, MP4

Competências:

- Fazer uso social da linguagem em várias situações da vida prática, por meio do desenvolvimento do letramento, visando ampliar sua inserção na cultura, sua relação com os outros e exercer seu papel de cidadão.
- Atuar em situações profissionais e cotidianas que envolvam recursos tecnológicos sem apresentar ansiedade ou surpresa, buscando dar encaminhamento ao problema.

- Atuar em diferentes situações utilizando-se dos recursos do letramento e do numeramento a fim de ter seu convívio social e profissional facilitado.

Indicadores de avaliação:

- Demonstra vocabulário e possibilidades de expressão ampliadas.
- Faz-se entender, tornando-se mais participativo e seguro.
- Expressa seu ponto de vista e ideias, utilizando-se de representações iconográficas e expressão verbal, quando mediado.
- Utiliza-se dos recursos básicos do letramento e do numeramento nas situações cotidianas e profissionais.
- Demonstra interesse em buscar seu próprio desenvolvimento.
- Manuseia equipamentos de informática e outros recursos tecnológicos com mais segurança.
- Interpreta diferentes signos e os aplica em situações do cotidiano.
- Participa da elaboração dos projetos propostos.

INSTRUMENTAIS

Desenvolvimento humano

Eixos temáticos:

- Conceito de saúde e qualidade de vida:
 - IDH e IDJ
 - Metas do milênio
 - Protocolo de Kyoto
 - Declaração Universal dos Direitos Humanos – Manifesto 2000
- Qualidade de vida dos trabalhadores:
 - Saúde do trabalhador: normas, equipamentos de segurança, acessibilidade
 - Programas de qualidade de vida nas empresas
 - Leis: direitos e deveres, CLT, legislação específica para pessoas com deficiência, trabalho autônomo, CIPA, prevenção de acidentes, impostos, recolhimentos

- Saúde mental do trabalhador: individualismo, competitividade, assédio moral, estresse
- Visão de seres humanos:
 - Pessoas com deficiência intelectual e a descoberta do próprio corpo: adolescência e juventude, sexualidade, gravidez sem planejamento, drogas, higiene e cuidados pessoais
 - Lateralidade e locomoção

Competências:

- Adotar comportamento responsável e autônomo com a própria saúde e qualidade de vida, reconhecendo suas necessidades e assumindo atitudes preventivas que visem seu bem-estar.
- Assumir posicionamento pró-ativo em relação ao trabalho, apropriando-se dos direitos e deveres do trabalhador expressos na CLT e na legislação específica para pessoas com deficiência, a fim de realizar escolhas conscientes.
- Assumir atitudes preventivas em relação a acidentes e doenças decorrentes do trabalho, reconhecendo as responsabilidades do trabalhador e das instituições e incorporando a saúde preventiva como um valor.
- Interagir com o meio ambiente de forma responsável, contribuindo para a sustentabilidade.
- Deslocar-se com segurança, orientando-se geograficamente, a fim de garantir acessibilidade aos equipamentos sociais.

Indicadores de avaliação:

- Demonstra ter cuidado ao fazer escolhas que envolvam sua saúde e qualidade de vida.
- Age de modo responsável em seus relacionamentos, reconhecendo a necessidade de utilizar preservativos.
- Se utilizar medicamentos, demonstra responsabilidade quanto a horários e doses.
- Alimenta-se de forma saudável.
- Cuida de sua higiene pessoal.
- Faz comentários que expressem o conhecimento sobre seus direitos e deveres como trabalhador.
- Adota atitudes de evitar acidentes no ambiente em que está.

- Descarta objetos tendo em vista o material a ser reciclado.
- Reutiliza materiais que seriam descartados.
- Planeja suas saídas de sala de aula buscando referências geográficas.
- Comparece aos locais planejados em sala de aula orientando-se geograficamente.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Eixos temáticos:

- Autoconhecimento como fator fundamental para o posicionamento pessoal e profissional:
 - Auto e heteropercepção
 - Autoestima
 - Imagem e estilo pessoal
 - Papéis e grupos sociais
 - Noção do diferente: preconceito e discriminação
 - Agrupamentos sociais: tribos urbanas
 - Marketing pessoal
 - Apresentação pessoal
 - *Networking*
- Organização financeira pessoal
- Orientação profissional e as possibilidades de profissões

Competências:

- Perceber-se como indivíduo por meio do fortalecimento de sua autoestima e autoconfiança, para facilitar escolhas pessoais autônomas.
- Identificar seu estilo, por meio do reconhecimento da importância dos cuidados com a apresentação e higiene pessoal, a fim de se integrar ao convívio social.
- Preparar-se para buscar oportunidades de trabalho adequando-se às exigências do mercado, a fim de ampliar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

- Adotar ações de organização pessoal das finanças, compreendendo os processos que envolvam transações dessa natureza, para gerir os seus próprios recursos e criar uma cultura de poupança.

Indicadores de avaliação:

- Realiza escolhas pessoais com mais autonomia e segurança.
- Faz a leitura de diferentes contextos sociais e apresenta-se de maneira adequada.
- Convive socialmente com diferentes pessoas e ambientes.
- Demonstra disposição para adequar-se a oportunidades e exigências do trabalho.
- Realiza gastos cotidianos levando em consideração os benefícios e a renda que possui.

COMUNICAÇÃO

Eixos temáticos:

- As formas, componentes e os meios de comunicação
- Construção da linguagem e da oralidade como forma de socialização:
 - Linguagens utilizadas pelos grupos sociais
 - Formas de expressão e relações sociais
- Vocabulário e poder de argumentação

Competências:

- Diferenciar formas e meios de comunicação, identificando seus canais, para compreender o processo de funcionamento dos mesmos e utilizar essas informações em seu cotidiano.
- Fazer uso da linguagem como forma de aproximação das pessoas, a fim de facilitar a convivência interpessoal e a integração no ambiente corporativo.
- Fazer uso da linguagem comparando modelos utilizados nos vários grupos sociais – em especial, no mundo do trabalho –, a fim de relacionar-se com cada um deles.
- Emitir opiniões fazendo uso da argumentação e expressão de seu ponto de vista, visando fortalecer sua autoconfiança e posicionamento como indivíduo.

Indicadores de avaliação:

- Faz uso das diferentes formas e meios de comunicação na busca das informações cotidianas.

- Interage com os demais e demonstra ter mais autoconfiança em suas relações sociais.
- Demonstra ter ampliado seu vocabulário e fluência verbal.
- Apresenta discurso mais sintonizado com as questões relacionadas ao trabalho.
- Expressa sua opinião e defende seu ponto de vista fazendo uso da argumentação.

ATITUDE EMPREENDEDORA

Eixos temáticos:

- O empreendedor:
 - Autoconhecimento, autoimagem e autoestima
 - Perfil do empreendedor: habilidades e atitudes
 - Empreender com responsabilidade social e ambiental
 - Redes de relações
- Sonho e oportunidade:
 - Oportunidade e visão de futuro
 - Criatividade e inovação
 - Sonho e paixão
 - Metas e resultados
- Ato empreendedor – feira de oportunidades

Competências:

- Construir uma autoestima positiva, por meio da percepção de suas potencialidades, a fim de escolher projetos pessoais que agreguem valor a si mesmo e à comunidade.
- Identificar oportunidades de negócio a partir do reconhecimento de suas competências produtivas, visando ampliar as possibilidades de geração de renda.
- Adotar atitude empreendedora frente a projetos viáveis, para concretizar ações bem-sucedidas e socialmente responsáveis.
- Identificar as conexões que possui em sua rede de relações sociais, percebendo a importância disso para a concretização de ações empreendedoras.

Indicadores de avaliação:

- Traça plano pessoal e profissional considerando suas potencialidades.
- Adota atitude empreendedora diante das possibilidades de gerar renda e concretizar ações socialmente responsáveis.
- Amplia sua rede de relações sociais.
- Demonstra disponibilidade para buscar parcerias para suas ações empreendedoras.

SISTEMAS E PROCESSOS ORGANIZACIONAIS**Eixos temáticos:**

- Causas e consequências das ações no mundo do trabalho
- História do trabalho:
 - Conceito de trabalho
- Globalização
- Mercado formal:
 - Natureza das empresas:
 - Funcionamento da empresa: hierarquias e estruturas organizacionais
- Mercado informal:
 - Contextualização da informalidade e situação dos trabalhadores que atuam na informalidade
 - Pirataria: ética e legalidade
 - Recolhimento do INSS: futuro e qualidade de vida

Competências:

- Agir em diferentes contextos, considerando as causas e as consequências de suas ações.
- Perceber o modo de organização trabalho e dos mercados formal e informal, considerando os aspectos legais e éticos, a fim de formar opiniões para organizar sua vida profissional.

Indicadores de avaliação:

- Reconhece as consequências de suas ações e procura agir de maneira a colher resultados positivos.

- Demonstra mais segurança para tomar decisões em relação a sua vida profissional.
- Posiciona-se em relação ao mercado formal e informal de modo legal e ético.
- Atribui um significado ao trabalho e busca organizar sua vida com base em suas conclusões.

ATENDIMENTO AO CLIENTE

Eixos temáticos:

- Conceito de cliente (cliente externo e cliente interno):
 - Tipos e perfis comportamentais de clientes
 - Necessidades e desejos de clientes
- Estratégias de atendimento e relacionamento com o cliente:
 - Formas de atendimento: direto e indireto
 - Canais de atendimento: presencial, telefone, catálogo, internet
 - Finalidades do atendimento: vendas, pós-vendas, cobrança, informações, reclamação, recepção, etc.
 - SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente), 0800, 0300, Linha 4000, Fale Conosco, etc.
- Atendimento ao cliente:
 - Atitude/posicionamento indicados pela empresa
 - Comunicação
 - Qualidade no atendimento
 - Atendimento inclusivo: pessoas com deficiência, estereótipos
 - Adaptação do espaço: acessibilidade do cliente (Braille, Libras, sinalização, rampas, profissionais preparados, etc.)
- Direito do consumidor: Código de Defesa do Consumidor
- Consumo consciente

Competências:

- Realizar atendimentos identificando os diferentes tipos e perfis de clientes, assim como as principais técnicas, a fim de prestar um atendimento de boa qualidade.

- Interagir com clientes utilizando as técnicas de comunicação e reconhecendo os processos internos das empresas, para gerar a satisfação dos clientes.
- Assumir posicionamento sensível e ético no atendimento, cumprindo as leis que assegurem o direito dos cidadãos e a acessibilidade de pessoas com deficiência, contribuindo com a promoção da ética, do consumo consciente e da responsabilidade socioambiental nas relações comerciais.

Indicadores de avaliação:

- Identifica as características e habilidades necessárias para o atendimento ao cliente.
- Reconhece os diferentes tipos e perfis de clientes.
- Demonstra reconhecer os diferentes técnicas e canais de comunicação utilizados na atualidade pelas empresas para um atendimento eficaz.
- Utiliza-se de sensibilidade e ética em uma relação de atendimento.
- Demonstra atitude consciente de consumo.
- Demonstra responsabilidade socioambiental nas relações comerciais.

VISITAS TÉCNICAS

Eixos temáticos:

- Ambiente organizacional
- Contato com diferentes profissionais
- Rotinas de trabalho

Competências:

- Estabelecer contato com ambiente organizacional e rotinas de trabalho, por meio da observação e investigação orientadas para a aproximação com esta realidade, de modo a concretizar o aprendizado.

Indicadores de avaliação:

- Comparece à visita marcada com pontualidade.
- Demonstra interesse e curiosidade sobre os processos da empresa.
- Estabelece contato com os profissionais da empresa, interagindo com eles.
- Amplia sua rede de relações e oportunidades de inserção.
- Aplica as orientações recebidas em sala de aula durante a preparação da visita

em relação às condutas a serem adotadas.

Obs.: O Programa foi elaborado com eixos temáticos e atividades em grau de complexidade progressiva; por isso, deve-se seguir a sequência apresentada para seu desenvolvimento a fim de garantir as competências propostas.

6. Público-alvo

Pessoas com deficiência intelectual e em situação de vulnerabilidade social, alfabetizadas ou não, cujo padrão de oportunidades de desenvolvimento mostra-se incompatível com as atuais exigências de desempenho profissional observadas nos segmentos emergentes do mundo do trabalho.

7. Pré-requisitos

Ter no mínimo 16 anos de idade, apresentar deficiência intelectual e autonomia para lidar com suas necessidades básicas de asseio e para frequentar as aulas. Vínculo com instituições especializadas em deficiência intelectual.

8. Premissas para a oferta

- Estabelecer parceria com organização especializada no trabalho com pessoas com deficiência intelectual, devido às particularidades desse atendimento. A organização parceira deve se comprometer com o trabalho, a fim de dar suporte ao SENAC: capacitar aqueles alunos que ainda não possuem autonomia para locomoção (chegar ao SENAC e voltar para casa); tornar o ambiente do SENAC mais familiar possível, promovendo visitas antes mesmo do início das aulas; sensibilizar a família quanto à importância do programa para o aluno etc.
- Buscar participação dos familiares ou responsáveis especialmente no que se refere ao desenvolvimento da autonomia dos jovens assim como sua possível inserção no mundo do trabalho.
- Preparar todos os profissionais da unidade para acolhimento dos alunos.
- Encaminhar equipe de educadores para os repasses e encontros pedagógicos do PET Novas Conexões e PET Trampolim.
- Adotar a dupla docência integral.
- Providenciar uma ficha individual de cada jovem, contendo dados principais, contatos dos responsáveis, contatos para os casos de emergência, assim como informações sobre a situação de saúde, cuidados básicos e pontos de atenção que podem ser próprios da deficiência intelectual.

- Verificar se os medicamentos utilizados pelos alunos geram reações colaterais, ou se estes costumam ter algum tipo de crise, assim como a necessidade de serviços de lanches.

9. Formação de turma

Seguir as orientações da Frente de Ofertas e da Política Senac de Concessão de Bolsas de Estudos.

10. Número de participantes

Vinte participantes por turma.

11. Orientações metodológicas

A metodologia utilizada no Programa Educação para o Trabalho – Trampolim, a exemplo do *Programa para o Trabalho – Novas Conexões*, adota ações participativas e autônomas – a construção do conhecimento e o protagonismo do jovem no seu processo educacional – com foco no aprender a aprender, como forma de desenvolver competências pessoais e profissionais que garantam a formação global do participante e ampliem suas possibilidades de inserção social e profissional.

A arquitetura das aulas é centrada na ação e na reflexão crítica, considerando o repertório de cada participante e estabelecendo conexões com as diversas informações, de modo a integrar esses elementos na construção de novos saberes. Explora ao máximo o potencial pedagógico e as possibilidades educacionais das atividades, priorizando, assim, o aprofundamento à diversidade de estratégias, sempre articuladas pelos projetos individuais e coletivos em construção.

11.1. Dupla docência

Dadas as características do público a ser atendido e das competências a serem desenvolvidas, é fundamental que as aulas sejam planejadas e ministradas em regime de dupla docência. Sugere-se que a dupla defina os papéis de cada um durante o processo de aprendizagem, alternando-se conforme o tema que está sendo desenvolvido. Desse modo, enquanto um docente faz a mediação do tema, ou explica uma atividade, o outro acompanha um a um os participantes, apoiando-os nas dificuldades que possam surgir.

11.2. Plano coletivo de trabalho docente

Antes de iniciar o curso, é importante reunir a equipe docente e o coordenador para discutir o planejamento das aulas que serão ministradas.

Com base nos documentos educacionais deste programa, a equipe docente e a coordenação devem traçar o Plano Coletivo de Trabalho Docente.

Trata-se de um plano geral que tem por objetivo desencadear um processo de discussão e compreensão da proposta do programa pela equipe que o desenvolverá – técnicos/coordenadores e docentes. Isso dará subsídios para a elaboração do cronograma de atividades e planos de aulas, a fim de garantir um trabalho integrado, prevendo atividades com foco no desenvolvimento das competências pretendidas.

11.3. Planos de aulas

Serão elaborados pela dupla de docentes do programa e devem estar alinhados com o Plano Coletivo de Trabalho Docente.

Sugere-se que no plano constem os seguintes itens: número do encontro; tempo previsto; objetivo, número, título e descrição da atividade; conhecimentos, habilidades, valores e recursos necessários; indicadores de avaliação.

11.4. Encontros pedagógicos

Devem acontecer reuniões entre os docentes e a coordenação para planejamento e avaliação do processo, de forma a garantir o alinhamento e ajustes necessários.

12. Estratégias de aprendizagem

Uma combinação de estratégias diversas compõe este curso, entre as quais se destacam: aulas expositivas, atividades práticas, exibição de filmes, observação da prática organizacional e trabalhos em grupo, além de mapas conceituais. Sensibilizações e relatos de experiências serão pontos de partida para reflexões sobre os diversos temas tratados ao longo do curso.

O docente deverá ficar atento às características do grupo observando se há necessidade de lançar mão de mais de uma estratégia para cada tema a ser abordado.

Ressaltam-se ainda as seguintes estratégias:

Diagnóstico: deve ser realizado no início do eixo de Tecnologia e Letramento preferencialmente até a segunda semana de aula. Tem o objetivo de identificar os conhecimentos prévios dos participantes em relação ao numeramento e letramento servindo de norteador para a elaboração do plano de aula.

Visitas monitoradas: as visitas monitoradas acontecem em cada instrumental e visam trabalhar temas específicos que estejam sendo abordados no momento em que acontecem. Devem ser previamente agendadas pelo responsável da turma, que

preparará antecipadamente os participantes por meio da construção coletiva de roteiros de entrevistas e observações, com objetivos claramente definidos. No retorno, deve ocorrer o compartilhamento de todas as informações coletadas, comparando-as com os temas desenvolvidos em sala de aula. Sugere-se que cada docente acompanhe um grupo em empresas diferentes, para enriquecer ainda mais a posterior troca de experiências entre os participantes em sala de aula. As visitas devem ser consideradas na carga horária do programa e realizadas em dias e períodos letivos.

Atividades culturais: sugere-se a realização de oito atividades, que devem acontecer em momentos previstos e serem previamente agendadas pelos docentes. Os locais escolhidos para visitas devem proporcionar diferentes experiências no âmbito social e cultural, e contribuir para autonomia do jovem.

Observações:

1. *As datas das visitas monitoradas e atividades culturais.*
2. *Deverá ser providenciada uma ata assinada pelo professor responsável pelo curso na intranet.*

Plano profissional: prospectar o seu futuro profissional, planejando as ações que farão parte dele.

Projeto coletivo: desenvolver ao longo do programa no eixo de Tecnologia e Letramento para apresentação final que retrate o percurso da turma. O objetivo deste projeto é registrar e apresentar os principais momentos vivenciados pelos participantes, incorporar os recursos de tecnologia e letramento para promover a fixação e reforçar o significado do que foi aprendido.

Mapas conceituais: são representações gráficas semelhantes a diagramas que indicam relações entre conceitos (palavras) por meio de setas descritivas. Seu conteúdo parte de uma estrutura que vai desde os conceitos mais abrangentes até os mais específicos. Pode contemplar diversas áreas do conhecimento (OKADA *apud* MORAES 2007). A técnica, desenvolvida por Joseph D. Novak na década de 1960, foi fundamentada a partir da teoria da aprendizagem significativa, de Ausubel, e está embasada também na teoria construtivista, segundo a qual o sujeito constrói seu conhecimento a partir de conexões estabelecidas com sua experiência prévia. Alguns softwares gratuitos permitem criar e compartilhar mapas conceituais de forma individual ou colaborativa. Essa estratégia é especialmente importante em casos de

turmas mistas onde existam participantes alfabetizados e analfabetos, e deverá ser incorporada pelos docentes como modo de estimular o letramento e facilitar a comunicação entre os pares do grupo.

A construção do mapa deve ser mediada pelos docentes e realizada coletivamente ao final de cada instrumental, possibilitando a discussão entre todos os alunos. Além disso, permitirá a identificação da capacidade do grupo de traçar uma sequência do que foi trabalhado, de forma a contribuir com a identificação do nível de assimilação conseguida pelo grupo.

13. Critérios de avaliação

A avaliação deve acontecer de maneira dinâmica, processual, contínua e priorizando os aspectos qualitativos relacionados ao processo de aprendizagem e desenvolvimento do jovem, observados durante a realização das atividades propostas.

Os critérios e menções utilizados para a avaliação processual deverão ser compreendidos por todos do grupo.

O resultado do processo de avaliação será expresso por menções:

- Ótimo: capaz de desempenhar com destaque as competências exigidas pelo perfil de conclusão.
- Bom: capaz de desempenhar a contento as competências exigidas pelo perfil de conclusão.
- Insuficiente: ainda não é capaz de desempenhar o mínimo das competências exigidas pelo perfil de conclusão.

A menção será atribuída no programa considerando critérios e indicadores de desempenho relacionados às competências descritas no perfil do egresso.

Será considerado aprovado aquele que obtiver, ao final do programa, as menções Ótimo ou Bom e frequência mínima de 75% do total de horas de efetivo trabalho educacional.

Será considerado reprovado aquele que obtiver a menção Insuficiente ao final do programa, mesmo após as oportunidades de recuperação, ou tiver frequência inferior a 75% do total de horas de efetivo trabalho educacional.

Ao participante com frequência mínima obrigatória de 75% e menção Insuficiente será oferecida oportunidade de recuperação de aprendizagem, organizada em diferentes formatos e desenvolvida de maneira contínua, no decorrer do programa ou, quando couber, no final do processo.

O participante com menções Ótimo ou Bom mas com frequência inferior aos 75% e igual ou superior a 60%, por motivos justificados, poderá ter sua situação apreciada pelo Conselho de Curso, para análise da possibilidade de promoção.

14. Certificação

Ao jovem que concluir satisfatoriamente o Programa será conferido o certificado de conclusão do Programa Educação para o Trabalho – Trampolim. Os eixos de Integração, Tecnologia e Letramento e Instrumentais cursados no Programa, com suas respectivas cargas horárias, deverão constar no verso do certificado.

15. Instalações, equipamentos e material didático

- Sala de aula, com cadeiras universitárias móveis dispostas em “U”;
- Laboratório de tecnologia com máquinas liberadas para acesso à internet e com processadores de texto e aplicativos para construção de apresentações eletrônicas;
- Suporte para flip chart;
- TV e aparelho de DVD;
- Equipamento de som com CD ou CD player;
- Máquina fotográfica;
- Papelaria: blocos para flip chart, papel sulfite, caneta, caneta hidrocolor, lápis de cor, lápis de cera, revistas para recorte, jornal, mural, fita crepe, barbante, cola, tesoura, apontador;
- Filmes, músicas, jogos e materiais de apoio sugeridos.

16. Perfil do docente

- Formação superior completa, preferencialmente na área de humanas;
- Experiência educacional comprovada na aplicação de metodologias ativas de aprendizagem para o desenvolvimento de competências básicas e/ou profissionais;
- Pautar sua atuação pelo princípio do “aprender a aprender”, de modo a favorecer o protagonismo do jovem, privilegiando a reflexão e o desenvolvimento da autonomia;

- Comprovar conhecimentos significativos em questões tecnológicas, organizacionais, sociais, econômicas, ambientais e políticas ligadas ao trabalho;
- Importante que possua experiência em trabalhos com pessoas socialmente excluídas ou fragilizadas;
- Desejável que possua sensibilidade para atuar na educação inclusiva, preferencialmente com deficiência intelectual;
- Possuir facilidade com informática para edição de textos, elaboração e uso de planilhas e gráficos e acesso à internet, além de outras ferramentas de interatividade;
- Ter domínio oral e escrito da língua portuguesa;
- Importante que norteie seu trabalho pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelos princípios de cidadania e respeito à diversidade;
- Demonstrar interesse e disponibilidade para estudo e aquisição de novos conhecimentos;
- Imprescindível que participe dos programas de formação continuada oferecidos pelo SENAC antes do início do curso e ao longo do período.

Para Tecnologia e Letramento, o docente ainda deverá possuir:

- Formação superior em Pedagogia;
- Sensibilidade a temas relacionados à educação inclusiva, preferencialmente com pessoas com deficiência intelectual;
- Conhecimentos da técnica de registro por meio de mapas conceituais;
- Imprescindível que comprove conhecimentos significativos em recursos de letramento, tecnologia e comunicação iconográfica.

17. Ação docente

O programa deverá obrigatoriamente contar com dupla docência, de modo a garantir o desenvolvimento e o acompanhamento integral dos participantes. Os docentes mediarão as aulas, integrando os eixos temáticos previstos e as conexões a serem estabelecidas, sendo também referência de valores para os participantes. Eventualmente poderão contar com a contribuição de outros profissionais para o desenvolvimento de eixos temáticos mais específicos.

Ações pedagógicas:

- Elaborar diagnóstico da turma e ficha individual do jovem;

- Planejar aulas e mediar as atividades, os planos de trabalho e os projetos;
- Acompanhar os participantes em seu desenvolvimento no programa e garantir recuperação quando necessária;
- Realizar encontros de pais;
- Realizar atividades culturais.

Ações administrativas:

- Administrar o relacionamento com a instituição parceira;
- Acompanhar as faltas dos participantes;
- Organizar diário de classe e tomar medidas cabíveis para a continuidade dos alunos no programa, repondo as aulas quando necessário;
- Providenciar seguro de alunos, autorização de saída, autorização do uso de imagem;
- Buscar empresas, organizações e espaços culturais para a realização das visitas monitoradas e técnicas e atividades culturais;
- Providenciar recursos para adaptação da turma a fim de promover a acessibilidade de pessoas com deficiência;
- Emitir relatórios sempre que solicitado.

18. Encontro de pais

Serão realizados no mínimo quatro encontros, com carga horária total de aproximadamente oito horas, onde poderão ser tratados temas como:

1º encontro: apresentação geral do Programa e preenchimento de documentos – a ser realizado antes do início das aulas.

2º encontro: O papel da família no processo de inclusão de pessoas com deficiência.

3º encontro: Autonomia: capacidade para gerir a própria vida.

4º encontro: Avaliação.

Referências bibliográficas

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. *Psicologia do excepcional*. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras

providências.

BRASIL. *Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001*. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

DELORS, Jacques; EUFRAZIO, José Carlos. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1998.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

_____. *Trabalho docente e formação de professores de educação especial*. São Paulo: EPU, 1993.

MORAES, Ubirajara Carnevale de (org.). *Tecnologia educacional e aprendizagem: o uso dos recursos digitais*. São Paulo: Livro Pronto, 2007.

MORIN, Edgar; SILVA, Catarina Eleonora F. da; SAWAYA, Jeanne. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2006.

PACHECO, José. *Escola da Ponte: formação e transformação da escola*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SENAC SÃO PAULO. *Manual do Docente – Programa Educação para o Trabalho*, 1ª e 2ª edições.

SENAC SÃO PAULO. *Proposta Pedagógica*. Revitalização em 2005.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*. São Paulo: Best-Seller, 1990.

UNESCO. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século*. São Paulo: Best-Seller, 2006.

VASH, Carolyn L. *Enfrentando a deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação*. São Paulo: Pioneira / Edusp, 1988.

Sites

www.redesaci.org.br

www.salomaoschwartzman.com.br

www.apaesp.org.br

www.mec.gov.br